

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Influências e a mulher de César!

Sempre houve e sempre haverá boas e más influências neste Mundo, seja na política ou noutra qualquer sector da vida. Cabe a cada um saber fazer as suas escolhas e assumir o que quer e como quer lá chegar, seja na sua vida privada ou na sua vida pública. Nesta matéria entendo que não há diferenças entre o público e o privado; aqueles que se afirmam como "bons pais de família" em público sendo uns monstros em privado, são, sempre e só, uns monstros! A ética é um valor essencial no comportamento do indivíduo e actuar sem ética torna-nos animais.

Não é aqui necessário introduzir qualquer discussão sobre as (fracas ou não) remunerações dos políticos! Não se é melhor ou pior, não se é mais ou menos desculpável, consoante se seja mais ou menos bem pago. Com ordenado milionário ou em regime de voluntariado, o comportamento de alguém deve ser sempre igual, regido pelos mesmos valores.

Todos os que desempenham cargos públicos, estão sujeitos a vários tipos de influencia, algumas boas - que visam o interesse público desinteressado - outras não tão boas, que procuram recolher vantagens da proximidade do poder.

É aqui que entram os valores. Quem exerce a política tem de fazê-lo consciente do serviço público em que foi investido pelos seus concidadãos, para actuar em nome de todos, para o bem comum. Quem não tem vocação para servir, não deve fazer política!

Mas não basta ter valores e consciência de serviço público, é ainda necessário parecê-lo, tal como se exigia à mulher de César. Infelizmente, nos dias de hoje, apenas surgem notícias sobre atitudes negativas, de corrupção e de tráfico de influências, ou seja, de quem não serve o bem público, mas de quem se serve dele para seu benefício pessoal. Estou profundamente convencido que não é o comportamento da maioria dos políticos, só isso me faz ainda estar por aqui, mas infelizmente é o comportamento que aparece na comunicação social associado aos políticos. Por isso, além de sê-lo, mais do que nunca, se deve parecê-lo!

Aos milhares de portugueses que exercem funções públicas exige-se um comportamento ético de serviço público. O que nos dias de hoje não abrange apenas os políticos, mas também, os jornalistas e os magistrados, enfim todos aqueles que intervêm na sociedade em geral. Só assim se dignifica esta função nobre da Política, só assim se credibiliza a sociedade, se cria confiança e desenvolvimento e se atraem os melhores para a coisa pública! Algo que estamos todos tão necessitados.

Esta a importância das decisões que estão a ser tomadas por Marques Mendes sobre os candidatos autárquicos. Decisões claramente baseadas em valores e que só podem ser elogiadas!

Autárquicas 2005

Marques Mendes no Barreiro



Fernando Negrão
Novo ciclo no Governo da Cidade

(Pag. 9)

Marques Mendes e a Nova Europa

(Pag. 5)

Candidatura de Carmona Rodrigues a Lisboa

(Última)

Marques Mendes no Barreiro em apoio a Bruno Vitorino

Na passada terça-feira, dia 10, o Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, esteve no Barreiro, a dar o seu aval pessoal de solidariedade à candidatura à Presidência da Câmara Municipal daquela cidade, de um filho da terra, que fez a sua carreira política no PSD desde a juventude, é – aos 34 anos - um empresário de sucesso e serviu com distinção como Deputado à Assembleia da República, na anterior legislatura.

Mais de 300 pessoas, militantes e simpatizantes do PSD, se juntaram ao jantar, num restaurante local, para manifestarem o seu apoio ao candidato, que desde o início definiu como objectivo imediato do PSD Barreiro, a duplicação do número de votos e de mandatos; e que um objectivo da luta pós eleitoral será o combate à progressiva perda de pessoas a nível concelhio, pois "... tivemos diminuição populacional de mais de 10 mil habitantes nos últimos anos. É esta a tendência que temos que combater".

As intervenções começaram com Pedro Gomes, Presidente da JSD Barreiro que recordou que vivemos num "distrito que já um dia chamaram de vermelho" e onde acredita um dia existirá a presença da social-democracia, mas que, para tal acontecer, "não queremos ganhar a qualquer custo, temos princípios que não abdicamos deles". Sublinhou que os Partido Socialista, ganhou o Barreiro dizendo que "é agora" mas o agora que aconteceu foi que aquele que "um dia é assessor, noutro dia é vereador".

O dirigente da JSD referiu que o "Barreiro é a terra das promessas não cumpridas" porque "não fizeram nada" e considerou que a gestão PS merece o "Prémio da Melhor Publicidade", porque se "apropriam da imagem das pessoas".

Em seguida, Nuno Matias, Presidente da JSD do Distrito, expressou o seu apoio a Bruno Vitorino que classificou de um líder, quer na JSD como no PSD. Na sua intervenção referiu que "infelizmente, neste distrito nunca tivemos uma Câmara" mas que tal situação "deixa-nos motivados" porque, salientou "as forças de esquerda falharam no relacionamento com as pessoas".

Luís Rodrigues, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD criticou o desregramento do território do distrito e sublinhou "temos que parar o que tem sido feito". Na sua opinião o PSD tem de ter serenidade, "muita paciência" para alcançar bons resultados no distrito de Setúbal, e considerou "vamos ter esse resultado nas próximas eleições autárquicas" onde "o Barreiro é uma grande esperança".

Mendes Costa, Vereador social-democrata na Câmara Municipal do



Barreiro, começou por salientar que o PSD tem muitas possibilidades de conquistar a Câmara Municipal do Barreiro, embora seja "uma luta de anos", porque, o trabalho que o PSD tem concretizado no concelho do Barreiro, desde 1980, tem que "ser reconhecido pelos barreirenses".

Miguel Amado, candidato do PSD à Presidência da Assembleia Municipal, salientou que o PSD marcou a agenda política no actual mandato autárquico, criticou o facto de o problema das AUGI's continuar por resolver e apontou o dedo à nova ponte Barreiro-Chelas referindo "querem-nos a ver o comboio passar" e terminou afirmando que o PS "não fez rigorosamente nada. Temos pura e simplesmente um Barreiro a marcar passo. Vamos mudar o Barreiro com os barreirenses e para os barreirenses".

Fala Bruno Vitorino

Bruno Vitorino, que centrou todo o seu discurso no Barreiro, criticou duramente a actuação da Câmara neste último mandato e as "tantas e tantas promessas do PS, que nada concretizou".

O candidato social-democrata falou da "fraca capacidade" da actual gestão em atrair investimento para o concelho, a par do excessivo e do compadrio da "máquina burocrática da Câmara e de

quem nos rege".

A degradação da zona histórica da cidade, assim como do património histórico-cultural apresenta-se como uma "grande preocupação e uma questão primordial" para Bruno Vitorino. "Esta é uma cidade com um passado histórico muito rico, mas sem presente e sem perspectivas de futuro. A cada dia que passa, morre um pouco da nossa terra, da nossa cultura, morremos nós por vermos o nosso património histórico e cultural a degradar-se. A única zona recuperada deve-se aos Governos do PSD, através do programa Polis, que vai revitalizar as áreas de Santo André e Verderena".

Afirmou ainda que foram "mais quatro anos perdidos na luta contra o desenvolvimento", criticando a política social defendida pela actual gestão camarária. "Entristece-me e revolta-me, pois os vereadores do PSD deixaram feita muita obra nesta área, que não teve continuidade. O PS matou a política social existente no concelho".

Lembrou que parte para esta candidatura, com a ambição de afirmar o Barreiro como "pólo emergente da margem sul do Tejo", não esquecendo as "intervenções simples, mas bastante importantes para as populações", como são os arranjos de ruas, passeios, parques infantis, logradouros, para além da "enorme intervenção" de que necessita a rede de abastecimento de água. "O Barreiro deve ser o concelho

onde mais vezes a água é cortada devido ao rebentamento das condutas".

O Desporto é outra prioridade nesta candidatura. "Connosco, esta área será uma prioridade, não no marketing, mas em concreto, pois esta é mais uma em que o Barreiro marca passo", sublinhou.

"Vamos continuar a travar a luta pela transparência de procedimentos na Câmara Municipal, contra as políticas de compadrio e de clientelismo, como ainda acontece.

Bruno Vitorino afirmou que a conquista da autarquia barreirense é um objectivo a "médio prazo", sendo a meta imediata a "duplicação do número de votos e de mandatos porque, para já, temos de ter os pés bem assentes na terra". Contudo, o candidato social-democrata diz que o PSD "está preparado para gerir a Câmara, se assim os barreirenses quiserem, mas as dificuldades são muitas", devido ao "voto ideológico contra o voto lógico. Muitas das pessoas votam na cor política. Esse voto ideológico levou o concelho a esta situação com a qual nos deparamos actualmente".

Considerando que sentia que o apoio de todos os presentes, afirmou pretender "espelhar a consciência dos problemas do concelho do Barreiro", onde "perdemos a capacidade de atrair investimentos" por "falta de visão estratégica sobre aquilo que deve ser o nosso Concelho", acrescentando "ainda hoje é assim".

Na sua opinião a máquina burocrática da Câmara "não facilita, cria obstáculos".

"Somos uma terra que parou, orgulhosa no seu passado, mas sem presente, e continuamos de costas voltadas para o rio".

Recordou que a única zona que vai ser recuperada, no programa POLIS, "deve-se ao governo PSD".

Quanto às preocupações sociais, afirmou repetidamente que o PS está a "matar a política social existente no concelho" que foi implementada pelos vereadores do PSD, pois "a nossa acção está a ser destruída por esses senhores que se dizem de esquerda".

O líder social-democrata recordou a promessa do Partido Socialista de criar o Cartão Social do Idoso e sugeriu que "os idosos deviam mostrar o cartão vermelho ao PS", referindo ainda que estava a ponderar as palavras que ia proferir, para afirmar: "as perseguições políticas que os socialistas têm feito a trabalhadores das autarquias próprias de regimes totalitários".

Terminou com palavras de entusiasmo pela obra do PSD e de esperança no futuro do Barreiro, a sua terra, a que tem tanto amor e pela qual se baterá com todos o seu entusiasmo e todas as suas forças.

Marques Mendes no Barreiro em apoio a Bruno Vitorino (continuação)



A intervenção de Marques Mendes

O presidente do PSD, que tinha sido recebido com aplausos entusiásticos, falou de improviso e sem uma única nota, em certos momentos claramente comovido, principalmente ao terminar, quando todos os presentes puderam verificar a profunda emoção que se espelhava no seu rosto. Disse Luís Marques Mendes, após ter feito os cumprimentos da praxe aos presentes e de ter chamado a atenção para o facto do Presidente do PSD ter muitas solicitações para iniciativas de apresentação de candidaturas, mas também ser óbvio – dado o seu elevado número, tantas quantos os Concelhos de Portugal – que não pode estar presente em todas, que «entre os que seleccionei, está este, o do Barreiro, por duas razões simples mas muito especiais.

Motivos de uma presença

«A primeira tem a ver com a família social-democrata barreirense e com a minha promessa ao Luís Rodrigues, no último Congresso que, uma vez eleito, daria uma atenção especial ao distrito de Setúbal.

«Prometi e estou a cumprir. Estive há poucas semanas em Setúbal, estou hoje no Barreiro, na próxima semana estarei em mais quatro Concelhos deste Distrito. Hoje estou aqui e por maioria de razões: ser social-democrata, nem sempre é fácil, é muitas vezes bem difícil. E ser do PSD, fazer política num distrito como Setúbal e num concelho como o do Barreiro, é ainda mais difícil.

Por isso se justifica a minha escolha, ir prioritariamente, não onde o PSD é grande, mas onde é mais difícil ser

social-democrata e por isso mais merece o meu apoio, o meu empenho e a minha homenagem.

«Por isso quero a todos os que nos honram com a sua presença, deixar uma palavra de reconhecimento e uma mensagem de incentivo.

«Agradecimento por, ao longo destes anos, terem sempre lutado com entusiasmo, com dedicação e empenho, praticamente nunca havendo nada para distribuir. Aqui, o PSD, mesmo quando é grande e o maior no plano nacional, pouco ou nada tem para dar. Não tem cargos, não tem lugares, não tem benesses nem tem mordomias. Tem apenas ideias, convicções, muito trabalho e fortes ideais. E isto não tem preço. Quem acredita, quem confia, quem aqui é capaz de levantar bem alto o ideal e a mensagem social-democrata, merece um enorme apreço.

«Por isso vos quero fazer este profundo e sentido agradecimento.

«Mas quero, ao mesmo tempo, que esta minha presença, signifique um incentivo, a que façamos, no futuro, ainda mais e ainda melhor do que no passado. Neste Concelho vai haver um momento de mudança e um momento de ruptura. Depois de, no passado, experimentar uma gestão comunista e nos últimos quatro anos uma gestão socialista, é minha convicção que estamos a lançar as bases, os alicerces, os caboucos, para uma mudança para diferente, para melhor; e que essa mudança vai passar pelo PSD.

Por isso os exorto a que, para além do muito que fizeram até hoje, continuem, cada vez mais firmes, cada vez mais empenhados e determinados. A Verdade, mais cedo ou mais tarde – e acredito que mais cedo de que mais tarde – virá ao de cima. E acredito, quem tem a vossa fibra, vai continuar com a mesma determinação para o futuro.

A segunda razão

«A segunda razão que me levou a estar hoje aqui, tem a ver com a pessoa do candidato, do Bruno Vitorino.

«Conheço-o há anos. Acompanhei muito de perto e de fuma forma especial, o seu trabalho como deputado na Assembleia da República, sobretudo quando fui ministro dos Assuntos Parlamentares.

«Quero aqui, perante todos, testemunhar isto – para todos os que aqui estão, sejam do PSD ou não tenham qualquer filiação partidária – o Bruno Vitorino é um jovem. Isso é bom, é positivo; e para quem pense que a juventude é um defeito, fiquem os meus amigos a saber que é um defeito que se cura com a idade...

«Juventude significa energia: e ele tem energia de sobra. Juventude significa inconformismo e ele é um inconformado. Juventude significa espírito de ambição e ele tem ambição para o seu Concelho e isso é positivo. O Concelho só tem a ganhar com pessoas com espírito de ambição a lutar pelas suas causas e pelo seu destino.

«Sobretudo, quero dizer-vos que acompanhei muito de perto o seu trabalho político na Assembleia da República. Sempre empenhado nas causas do Concelho e do Distrito; sempre preocupado em ajudar a resolver os problemas deste Concelho e desta região! Quantas vezes entrou no meu gabinete, com questões inseridas no âmbito local, do círculo que o tinha elegido!

«É justo testemunhar tudo isto, sobretudo para enaltecer como, no trabalho diário, o Bruno Vitorino era um exemplo e uma referência. E porquê? Sejam francos: muitas vezes uma

pessoa que chega a um lugar de topo, deslumbra-se com o lugar, perde a humildade que se deve ter na vida política e esquece rapidamente o seu Concelho, a sua terra e as suas Origens! A cada passo acontece isso; e quando não acontece, quando um Deputado continua fiel à sua Terra, ao seu Concelho, ao seu Distrito e à sua Região, e por elas trabalha e às suas causas se dedica, merece, ainda mais, o nosso respeito, a nossa estima, o nosso apoio e o nosso aplauso.

«É esse o testemunho que hoje deixo ao Bruno Vitorino»

«E aqui chegados, meu caro Bruno Vitorino, quero dizer-lhe duas ou três coisas simples e muito directas, cara a cara. Vai iniciar agora uma campanha. Quero recomendar-lhe isto: em primeiro lugar, escolha os seus colaboradores; na Câmara, na Assembleia Municipal, nas freguesias. Escolha-os com um critério muito claro, de competência e de credibilidade.

«A vida política, particularmente em zonas como esta, muito desgastadas pela incompetência dos nossos adversários, precisa de ser valorizada e dignificada. As pessoas não acreditam muito em discursos, sejamos francos. A creditação, sim, em atitudes e em exemplos. E o exemplo e atitude melhores que pode ter, é o da escolha dos mais capazes, mais competentes e mais credíveis, os que estão disponíveis para lutar pelo Partido, mas sobretudo pelo Concelho, não a pensar em servir-se do lugar, mas em servir o cargo para servir a população. Isso é que é importante!

«Em segundo lugar, peço-lhe que mantenha sempre esse seu espírito de ambição, de irreverência e de inconformismo. Mas simultaneamente, com uma grande humildade. A



Marques Mendes no Barreiro em apoio a Bruno Vitorino (conclui)

humildade nunca fez mal a ninguém. A humildade é um sinónimo de superioridade; a arrogância, sim é um sinónimo de inferioridade, algo que destrói os fundamentos da vida pública e da vida política. Trabalhar com humildade é trabalhar com devoção, com dedicação, com generosidade, pensando sempre no interesse dos outros e não na nossa auto-promoção.

«É assim que uma pessoa se afirma, é assim que uma imagem se constrói, é assim que um projecto se valoriza, com humildade, com o respeito de todos e com o respeito para com todos. Respeitando os adversários, os que vão votar em nós, os que pensam de outra maneira; mas sempre com grande humildade que, insisto, é sinal claro de verdadeira superioridade. E eu tenho a certeza absoluta que o Bruno Vitorino, com a sua juventude, mas também com a sua experiência, com aquilo que é já a sua carreira política, com a sua capacidade já demonstrada ao longo dos anos, de saber ser humilde, não vai deixar que o Poder lhe possa subir à cabeça.

«É muito importante, isto!

«É este o exemplo que marca e faz a diferença!

Em terceiro lugar, peço-lhe também: faça uma campanha eleitoral com alegria. Uma campanha eleitoral deve ser feita com entusiasmo, com boa disposição, com alegria! Movimentando todos, a começar pela juventude. Tem aqui, neste Distrito, uma boa juventude, uma boa JSD. Basta olhar para o Presidente da JSD de Setúbal, aqui ao nosso lado. É uma boa homenagem, ser a JSD a liderar esta campanha!

«Bruno Vitorino pode fazer esta campanha com a alegria de quem tem alma, emoção, ideias, e convicções!»

«Com alegria! Com alegria, porquê? Porque a razão está do nosso lado. Podemos não ter ainda os votos para ganhar, mas temos as ideias e as convicções certas. E meus caros amigos, aos que conhecem melhor – ou mesmo menos bem – o Bruno Vitorino, bastava terem ouvido o discurso que ele fez ainda há instantes!

«Foi um discurso de quem sabe o que quer, de quem sabe o caminho, de quem tem um projecto, de quem tem uma ideia e de quem tem convicções! Ele fez um magnífico discurso, hoje, aqui, esta noite. E isto significa que ele pode fazer esta campanha eleitoral com a alegria própria de quem tem alma, de quem tem emoção, de quem tem ideias, de quem tem convicções!

«E hoje, a político é muito isso. A afirmação de convicções. Hoje, a política,

para ser dignificada é muito isto: assumir convicções, nunca trocar convicções por conveniências. Assumir ideias, mais do que a disputa de lugares!

«Faça isso, Bruno Vitorino. Eu tenho a certeza de que fazendo uma campanha alegre, escolhendo os mais capazes, competentes e credíveis; fazendo-a com humildade, alicerçando a sua atitude em bases firmes de ideias e convicções, vai valer a pena.

«Tenho a certeza que muitos e muitos, que não se revêem no PSD, que não são militantes ou mesmo simpatizantes do PSD, vão acreditar em si e na sua candidatura. É isto que vai fazer a diferença.

«Por tudo isto eu afirmei o meu muito gosto em estar aqui, porque o Bruno Vitorino o merece, porque o nosso Partido o merece. E tenho a certeza que muitos dos que hoje aqui estão e não são do PSD, deram o seu tempo por bem empregue, gostaram de ter vindo aqui.

«É extraordinário que numa terça-feira, num dia de semana, em vésperas de um dia de trabalho, num Concelho como o do Barreiro, haja estas centenas de homens, mulheres de jovens, aqui, esta noite. É sinal de esperança, de confiança! É sinal de quem acredita, de quem sabe que mesmo sendo muito difícil ganhar – e o Bruno assumiu aqui, com humildade, um objectivo ambicioso, mas que não é inexequível – as pessoas que aqui vieram hoje, acreditam. E isso é que é importante!

O Professor Mota Pinto, que foi um grande líder deste partido, em 1975, quando era ainda mais difícil que hoje, ser do PSD, disse uma frase que ficou célebre: *“Hoje somos muitos, amanhã seremos milhões!”*. E acertou!

«Esta frase serve como uma luva, aqui, ao Barreiro. Hoje somos alguns, mas no futuro seremos muitos mais. E é assim, a pouco e pouco, trabalhando como está a trabalhar, como o Partido tem vindo a fazer aqui, que se lançam as sementes. Estamos a semear hoje, para colher amanhã. Não tanto para o PSD, como para o Concelho, com um projecto com cabeça, tronco e membros, com um desenvolvimento sustentado e sustentável.

«A circunstância do Barreiro ser, nesta região, um dos Concelhos que mais perde população ao longo dos anos, é a melhor as provas que as políticas aqui seguidas durante anos, não são as políticas certas.

«Por isso, meus caros amigos, agora a palavra é para os que vieram aqui dar o seu apoio. O Bruno Vitorino já teve um grande gesto: o da disponibilidade e aceitação desta candidatura! Não ganhou ainda nada...mas já ganhou



muito: quem num Concelho como o do Barreiro dá a cara, está disponível, aceita o encargo duma candidatura desta natureza, já merece muito esta vitória: a vitória do respeito, de todos aqueles que acreditam em ideias, na dedicação e em convicções.

«Esta é a sua primeira vitória, Bruno. Já ganhou o respeito dos cidadãos deste Concelho! Mas não chega: por isso eu peço a todos os que aqui estão, que ajudem a passar esta mensagem, a transmitir esta ideia, a multiplicar esta convicção. Está nisso empenhada a responsabilidade de todos os que apoiam a candidatura, não apenas a do candidato e dos seus mais directos acompanhantes. E é minha convicção segura, caros amigos que, se cada um fizer a sua quota do trabalho, a sua quota de passagem da ideia e da sua mensagem, há muitos e muitos outros cidadãos, que ainda não se decidiram, mas vão estar connosco nesta caminhada.

«E não me venham dizer, a mim, Caros Amigos, que é impossível. Impossível, na vida, só há uma coisa: é vencer a Morte. Tudo o resto pode ser difícil... mas não impossível. E nós estamos num Partido em que só o que é difícil é verdadeiramente motivador, só o que é difícil é verdadeiramente estimulante. Os meus amigos sabem isso melhor do que eu, porque fazem política num Concelho em que as coisas são mesmo difíceis. E por isso eu tenho a certeza que, com o trabalho e o empenho de cada um, com a palavra de todos, passando esta mensagem, eu tenho a certeza de que teremos aqui – não tanto pelo Bruno, nem pelo PSD – sobretudo pelo Concelho, uma via diferente, uma alternativa capaz de semear ideias e convicções e acima de tudo, capas de manter bem viva a chama das pessoas, a alma desta cidade, a auto-estima e o orgulho de pertencerem ao

Barreiro, a esta terra, a este Concelho.

«Por todas estas razões, aqui estou. Com muito gosto, com enorme satisfação. Eu tinha de ficar de bem com a minha consciência; e ficar de bem com a minha consciência era vir aqui fazer o justo elogio do candidato; era vir dizer aqui o que me vai na alma, o que penso e sinto. Não tenho uma única nota à minha frente, porque fala o coração, fala o sentimento, fala verdadeiramente o meu pensamento, o que eu sinto e aquilo em que acredito.

«E não há coisa mais importante na vida que uma pessoa acreditar, lutar e confiar.

«Tenho a certeza que é também tudo isso que os meus amigos vão fazer, sejam do PSD, sejam da JSD, dos TSD, dos Autarcas Sociais-Democratas ou sejam simples cidadãos do Barreiro, mesmo que, não sendo militantes ou simpatizantes do PSD, são todavia militantes e simpatizantes do Barreiro, do seu Presente e do seu Futuro.

«É por todas estas razões que eu digo ao Bruno: 'Vá em frente, tem aqui a sua gente'. E toda esta gente que aqui está é boa, está aqui porque acredita, não porque haja nenhuma benesse ou lugar para lhes dar, mas porque têm um ideal, têm uma convicção; e isso NÃO TEM PREÇO!

«Por isso, caros amigos, um grande abraço. Muito e muito obrigado! Sobretudo, muito obrigado por esta oportunidade que me deram, de vos poder dizer o que sinto, aquilo em que acredito e de vos transmitir a minha certeza de que, em Outubro, independentemente do resultado – que vai ser muito melhor do que foi no passado – vamos ter uma vitória: a das convicções, a da afirmação, a do trabalho, e no limite, o que é mais importante, a vitória do vosso Concelho

«Bem hajam! Muito e muito obrigado!»

Nuno Coelho, candidato por Alenquer

A candidatura à Câmara Municipal de Alenquer, “Pela nossa Terra”, protagonizada pelo arquitecto Nuno Coelho, foi apresentada, com o apoio do PSED e de inúmeros cidadãos independentes, dos vários sectores da sociedade civil do Concelho de Alenquer, no largo da Igreja de S. Francisco, naquela cidade.

Na apresentação, Nuno Coelho afirmou: «O Concelho de Alenquer, a nossa Terra, encontra-se num momento de viragem. Todos nós temos a perfeita consciência de que o Concelho de Alenquer, face aos novos desafios e às enormes potencialidades existentes, não poderá esperar mais.

«Ao longo dos últimos anos, o Concelho de Alenquer tem sofrido um crescimento desorganizado, fruto de uma total ausência de projecto e estratégia coerentes.

«Todos nós temos sentido a necessidade de um desenvolvimento e de um projecto sustentado que pudesse eleger Alenquer como uma referência na área metropolitana de Lisboa.

«É urgente a mudança, é imperativo devolver a esperança às pessoas da Nossa Terra. É urgente que a Nossa Terra encontre um novo rumo, uma estratégia que devolva aos nossos conceterrâneos e a todos os que nos procuram, melhor Qualidade de Vida.

«Foi este o desafio que me foi colocado: devolver a esperança a todos os Alenquerenses! É para mim uma honra, um dever cívico e uma responsabilidade dizer “Presente!”.

«A minha candidatura à presidência da Câmara Municipal de Alenquer é o



compromisso com este projecto.

«A proximidade da Capital, as acessibilidades, as potencialidades económicas do nosso Concelho, e principalmente a nossa gente, terão de ser a alavanca para o tão desejado, e necessário progresso.

«A melhoria da habitabilidade, o incentivo aos agentes económicos, sociais, culturais e a defesa intransigente dos interesses do município, serão para nós um imperativo da nossa acção.

«Quero, por isso, aqui lançar um desafio:

«Aos empresários aos Agentes económicos, aos Agentes associativos, aos Agentes desportivos e culturais, aos jovens e aos menos jovens. À Maria, ao António, ao Joaquim, a todos os anónimos, a todos os munícipes da Nossa Terra

«Por fim (uma palavra) a todos aqueles que deixaram de acreditar, que deitaram a toalha ao chão, com certeza por uma boa razão, e não têm exercido o seu direito de voto, abstraindo-se de ser parte activa na construção do futuro do nosso concelho;

«Quero aqui deixar uma palavra de convicção, e de esperança no futuro. Juntem-se a nós, a vossa colaboração é importante; este é um projecto de todos e para todos!

«A minha candidatura, e a equipa que me acompanha, tem o firme propósito de apontar e implementar uma estratégia de desenvolvimento global para a Nossa Terra.

«Da minha parte, garanto-vos o meu total empenho para corresponder à confiança que em mim depositam: ela Nossa terra, conto convosco!»



CPS de Grândola apresenta Carlos Gamito

A Comissão Política de Secção do P.S.D. de Grândola apresentou o seu candidato às próximas eleições autárquicas no passado dia 7 de Maio.

Além dos muitos militantes e simpatizantes do PSD estiveram também presentes Dr. Vasco Rato e o Dr. Jorge Roque da Cunha, membros da Comissão Política Nacional do P.S.D.

O candidato é Carlos Gamito. Natural de Grândola, tem 42 anos, é casado, advogado de profissão e desempenhou a função de Chefe do Gabinete de Apoio Pessoal da Governadora Civil do Distrito de Setúbal, Maria das Mercês Borges.

A aposta maior do candidato do PSD vai ser na vertente turística, sem descurar toda a outra vertente rural, devido à grande faixa litoral de que o Concelho de Grândola dispõe e aos grandes projectos que estão para aí serem implementados, o que trará mais emprego, criação de riqueza, melhores condições de vida e acima de tudo a divulgação de tudo o que há de melhor em Grândola.

Marques Mendes no Dia da Europa

Valores da acção externa da U E Como a Europa se vê no Mundo

Prioridades e desafios

No dia 9 comemorou-se o “Dia da Europa” e sob o alto patrocínio da representação da União Europeia em Lisboa, foi organizado no Centro cultural de Belém, um Seminário sobre os aspectos mais relevantes da acção passada, presente e futura da EU, tendo o Presidente do nosso Partido, Luis marques Mendes, convidado para proferir uma das conferências que constituíram o programa do Seminário.

Marques Mendes escolheu o tema «Os valores da acção externa da União Europeia – Como a Europa se vê no Mundo: prioridades e desafios» e desenvolveu-o assim:

Quero saudar os responsáveis pela organização deste Seminário – e agradecer o convite que me foi feito para nele participar. É-me particularmente agradável poder, deste modo, associar-me às comemorações do Dia da Europa que hoje celebramos. Uma data festiva que nos reporta a esse já longínquo dia 9 de Maio de 1950 quando Robert Schuman e Jean Monnet decidiram apresentar a proposta da criação de uma Europa organizada, assente sobre os valores da paz e da solidariedade. Deu-se início nesse dia, à construção desta extraordinária instituição que hoje a União Europeia.

De então para cá muito caminho foi percorrido!

Cada celebração do Dia da Europa é uma celebração do fim da Segunda Guerra Mundial, a guerra mais tremenda que a humanidade conheceu e que devastou a Europa, material, política e espiritualmente.

E se, para muitos, o dia 9 de Maio de 1945 foi um dia de alívio, para muitos outros, foi o dia de mudança de equipa dos tiranos do totalitarismo: os alemães saíram por uma porta e os russos entraram por outra, para mais cinquenta anos de deportações, ocupação e perda de liberdade.

Quando hoje as Televisões de todo o Mundo eventualmente emitirem a cerimónia comemorativa do sexagésimo aniversário do fim da II Grande Guerra em Moscovo, saberemos que o mundo de lalta acabou. Veremos aliados e vencidos, libertados e subjulgados, restabelecidos na confiança de um empenho comum na evocação da memória, no trabalho de reconciliação e na transformação progressiva da Europa numa



comunidade de Estados governada pelo Direito.

Vem a propósito recordar que a integração europeia, o caminho para uma União de Estados que livremente decidiram partilhar a soberania e pôr em comum os seus projectos, nasceu da invulgar capacidade criativa e deliberada energia com que aqueles Homens, conhecidos na História como “Pais Fundadores”, avançaram para enfrentar a destruição do Mundo que até então tinham conhecido. E avançaram armados com um ideal, o núcleo de uma nova organização política europeia. Neles quero hoje homenagear a visão política, a subtiliza, a perseverança e a coragem.

O trabalho de reconstrução era então uma necessidade de sobrevivência. A Comunidade do Carvão e do Aço terá sido uma medida de carácter económico. Mas foi sobretudo a maneira simbólica, mais directa e imediata de pôr em marcha o processo de

restabelecimento de confiança na vida e nas relações entre franceses e alemães.

A integração europeia prosseguiria como meio para a reconstrução das economias devastadas pela guerra; o lançamento de um mercado comum libertou todo um potencial de crescimento económico, de cooperação e de prosperidade.

(...) O fim da Guerra Fria trouxe o fim de um perigo e o princípio de muitos outros, como de seguida se veria. De repente, nada era como dantes, nem na Europa, nem na relação transatlântica, nem no resto do mundo. E o terrorismo fundamentalista foi a gota de água que fez transbordar o copo de uma crise em que somos de novo chamados a encontrar novos sentidos para o Mundo.

Neste contexto muitas vozes se elevaram em favor de investir a UE com atributos políticos de soberania

e com capacidade de iniciativa e acção própria em matéria de política internacional.

É também à luz deste quadro de referências – após esta breve evocação histórica – que aqui quero deixar algumas reflexões sobre o modo como a União Europeia se vê no Mundo.

Temos, antes de mais, de reconhecer que em matéria de política externa a UE não é uma potência tradicional nem pode aspirar a sê-lo, uma vez que a sua postura e acção internacional resulta da composição dos interesses nacionais dos Estados membros. A diversidade de posições perante as questões internacionais constitui uma característica inerente à UE como organização multilateral que, pelo menos por enquanto, ainda é.

Por outras palavras, a UE enquanto actor externo tem de incorporar toda a diversidade dos Estados Membros e da Comissão Europeia. Mesmo nas áreas de competência própria, tende a operar de forma itemizada, por agendas pré definidas. Não terá, portanto, a unidade da política externa característica do Estado nacional. Temos desde logo uma primeira conclusão: não faz sentido avaliar o sucesso ou fracasso da acção externa da UE à luz dos critérios usados para os Estados unitários.

Este carácter sui-generis resulta do próprio processo da integração europeia. Na sua génese, este último foi, e continua a ser, uma tentativa de superar a balança de poder nas relações entre os Estados Membros. Assim sendo, é porventura mais fácil falar dos “valores” da política externa da UE – como sendo em larga medida os valores que inspiraram o lançamento e consolidação do projecto europeu – do que falar verdadeiramente de um “interesse europeu”.

(...) O poder de atracção que a Europa representa para os Estados vizinhos é talvez o maior sucesso da União enquanto actor internacional e em larga medida define a imagem que a União e os seus membros têm de si próprios, isto é, de um factor de estabilidade à escala do continente.

Outro traço fundamental da política externa europeia é o exemplo dos méritos e benefícios da integração regional feita na base de princípios



Marques Mendes no Dia da Europa

Valores da acção externa da U E Como a Europa se vê no Mundo

Prioridades e desafios

democráticos. Este exemplo é em si mesmo um modelo para outras áreas e um factor dinâmico na procura de respostas às crises no sistema internacional. Não é portanto de estranhar que quando o regionalismo e o multilateralismo estão em crise, a Europa é, talvez, a primeira vítima. Neste contexto, é particularmente relevante a importância que os Estados Unidos dão às estruturas multilaterais e à busca de consensos entre grupos regionais como elementos que legitimam a intervenção externa.

A questão de saber como a Europa se vê no mundo está directamente ligada a outra questão que se coloca com frequência nos estudos sobre a União como actor externo: deverá a Europa concentrar-se na resolução dos problemas da sua vizinhança mais próxima ou, por outro lado, procurar afirmar-se como actor global, capaz de tomar posição e intervir se for caso disso em situações que ocorram em qualquer parte do Mundo? O dilema actor regional/actor global é algo artificial, se tivermos em conta que os problemas que a União tem de enfrentar na sua vizinhança são simultaneamente grandes questões globais. Basta, como exemplo, o processo de transição dos antigos estados soviéticos, incluindo a Rússia ou a crise do Médio Oriente. De qualquer forma, há uma tensão por resolver quanto às prioridades da União no domínio externo.

A política externa europeia deve ser vista tendo também em conta as expectativas que se criaram em volta dela, sobretudo após o fim da Guerra Fria e da transformação da cooperação política europeia dos anos 70 e 80 no que deveria ser uma política externa comum.

(...) Em suma, mesmo que a União Europeia hesite, por vezes, entre o Mundo e a vizinhança próxima, as pressões quer internas quer externas empurram-na para uma posição em que tem de assumir responsabilidades na definição da ordem internacional.

Finalmente, a especificidade da acção externa da União revela-se também no método. De facto, a Europa tende a ser mais eficaz em processos de longo prazo, em que a interacção com terceiros tem lugar em contextos pré-estabelecidos e não tanto perante crises que exijam respostas rápidas. Um bom exemplo

é o dos Balcãs, onde durante anos a União foi incapaz de reagir a um conflito armado que pôs em causa todos os valores básicos da integração europeia, mas uma vez terminado o conflito tem sabido desenvolver uma política consistente e bem sucedida de estabilização e integração para todo o espaço ex-jugoslavo. Os esforços recentes de desenvolvimento de uma capacidade de gestão de crises constituem uma resposta a esta fragilidade, se bem que o problema básico continue a ser o da vontade política dos Estados-Membros definirem o que fazer com os recursos que têm à sua disposição.

Hoje a Europa está a atravessar um desses períodos que marcam a sua história, confrontando-se com novos desafios, novas ameaças e a necessidade de novas respostas. As experiências no domínio da política externa europeia levam-nos a sublinhar que a Europa precisa realmente de se dotar das condições necessárias para poder tomar as decisões e lançar acções de modo autónomo.

(...) É minha convicção que a integração europeia foi sempre encarada, pela larga maioria dos portugueses, como um verdadeiro desígnio nacional. Se somos europeus por imperativo geográfico, estamos na União Europeia por convicção política. Porque acreditamos naquilo que ela representa e naquilo que ela pode trazer de positivo ao equilíbrio da ordem mundial.

Mas também sabemos que a Europa deu, dá e deverá continuar a dar um contributo insubstituível para vencer os atrasos estruturais que afectam o nosso País. Por isso, quando dizemos que Portugal deve estar no centro da construção europeia, não o fazemos por uma questão de retórica. Para nós, colocar Portugal no centro da construção europeia significa ter uma presença activa no processo de decisão dos vinte e cinco e ter a possibilidade de influir, com a nossa visão, nessas mesmas decisões. Significa agir em defesa do interesse de Portugal, mas também contribuir para a construção do interesse europeu comum.

E é também a esta luz que tem de ser analisada a necessidade da ratificação do Tratado que aprova uma Constituição para a Europa. Uma ratificação que, politicamente,

deve ser precedida de referendo nacional.

(...) Mas não basta realizar o referendo. É fundamental que o referendo a realizar seja precedido de um amplo debate nacional, participado e esclarecedor. Os Portugueses devem poder decidir com total conhecimento de causa. O PSD, fiel à sua vocação europeísta, não deixará de advogar a ratificação do Tratado. Mas o nosso empenho não se esgota aqui. Queremos contribuir para uma ampla divulgação do novo Tratado Constitucional Europeu, queremos que as orientações essenciais nele consagradas sejam transparentemente discutidas, desejamos que os Portugueses façam uma opção consciente e responsável. É por isso que desde já aqui proponho que, em minha opinião, devem merecer, no debate a realizar, um adequado desenvolvimento e uma ênfase muito especial. A saber:

1 -A Carta dos Direitos Fundamentais, que terá a partir de agora carácter vinculativo e que por isso afectará a soberania dos tribunais nacionais;

2 - As questões de natureza institucional, com particular relevo para as matérias atinentes ao princípio da igualdade entre os vários Estados-Membros e ao reforço dos poderes dos Parlamentos Nacionais no projecto de construção europeia;

3 - A questão da construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça, indispensável a uma Europa menos vulnerável e mais segura.

4 - A área da acção externa da UE, de resto uma das que mais beneficiará com o novo Tratado, seja porque tornará mais coerentes as acções políticas, humanitárias e económicas da União, seja pela criação do cargo de MNE Europeu, seja pela instituição de um serviço europeu de acção externa com um aumento da protecção diplomática e consular a todos os cidadãos comunitários.

Uma última palavra acerca das negociações do dossier das Perspectivas Financeiras 2007/2013.

Preocupa-me a negociação. É, sem dúvida, uma negociação complexa e difícil. Deve ser conduzida com exigência e com sentido de responsabilidade e acompanhada, no plano interno, do mais largado consenso político. É uma questão

nacional, não deve ser matéria de querela partidária.

Preocupa-me o secretismo que a envolve. Não se trata do secretismo e descrição que qualquer negociação – particularmente desta natureza – deve envolver. O que se trata, sim, é de reforçar a posição negocial Portuguesa. E esse reforço é tanto maior quanto maior for a capacidade de, internamente, debater a matéria com profundidade, balizando, com rigor, os nossos objectivos negociais fundamentais.

Preocupa-me, sobretudo, a definição da estratégia que há-de orientar a aplicação dos futuros fundos comunitários.

Esta é uma questão essencial. Porque é, provavelmente, a ultima oportunidade de Portugal beneficiar de um montante importante de recursos comunitários. E se uma boa negociação é decisiva, determinante é mesmo saber o que queremos fazer com os novos fundos, quais os objectivos estratégicos a alcançar, quais as prioridades a prosseguir e quais os instrumentos a utilizar.

Esta é uma questão – a meu ver – que prioritariamente justifica um debate nacional sério, imediato, envolvendo os responsáveis políticos, sem duvida, mas empenhando acima de tudo nessa discussão a sociedade em, geral e os meios económicos e empresariais em particular.

Este debate falta. E essa é uma falta que deve ser colmatada e quanto mais cedo melhor.

Uma oportunidade assim deve ser também a oportunidade para nos convenceremos, de uma vez por todas, que a solidariedade comunitária é essencial ao nosso desenvolvimento, mas que, verdadeiramente, há um trabalho de casa a realizar, porque em boa vontade ninguém fará por nós o que só a nós compete fazer.

Termino como comecei.

Saudando esta iniciativa, agradecendo esta oportunidade, realçando a bondade do ideal europeu, sublinhando, sobretudo, a importância que o projecto europeu tem para um Portugal mais desenvolvido e para um Mundo mais seguro, mais próspero e mais harmonioso.

– LMM, Presidente do PSD

De Castelo de Paiva

Visita de Alberto João Jardim destaca desenvolvimento do Concelho

O presidente do Governo Regional da Madeira esteve, na passada sexta-feira, de visita ao concelho de Castelo de Paiva e não deixou de recordar, em jeito de homenagem, todos aqueles que perderam a vida na tragédia da Ponte Hintze Ribeiro, elogiando a capacidade e a força de vontade de um povo humilde que soube ultrapassar as adversidades e dar um grande exemplo de coragem ao país.

Alberto João Jardim falava no decorrer da sessão solene de boas vindas, que teve lugar nos Paços do Concelho, e onde foi recebido pelo presidente Paulo Teixeira e outros autarcas locais, no âmbito da primeira visita de um líder madeirense ao município mais a norte do distrito de Aveiro.

Orgulhoso por receber um amigo e colega no Comité das Regiões da União Europeia, estava o presidente Paulo Teixeira, que não deixou de referenciar as grandes conquistas do líder madeirense e a sua dedicação à vida política, traduzido num trabalho de sucesso, que faz da Madeira um exemplo de desenvolvimento sustentado.

O edil afirmou que o objectivo desta visita, para além de dar a conhecer a dinâmica municipal, que tem caracterizado o concelho nos últimos anos, mostrando a realidade empresarial, turística e cultural, foi agradecer a simpatia e o acolhimento que o líder da Madeira sempre disponibilizou nos contactos registados e nas recepções efectuadas.

(...) Considerando que há muito que aprender com um político desta envergadura, o autarca paivense esbateu a teoria do controverso e polémico, sublinhando que só não é assim quem não faz obra, ou quem tem medo da verdade, razão pela qual enalteceu as qualidades de um homem que soube protagonizar um projecto político que, há dezenas de anos, está ao serviço de uma região que soube, com tenacidade, vencer as amarguras da insularidade.

E na caracterização do seu concelho, Paulo Teixeira sublinhou as potencialidades das terras de Paiva, não sem antes referir, também, a necessidade de se acabar com as assimetrias ainda existentes nas regiões do interior, de forma a potenciar o progresso que se deseja, lamentando a distância que ainda se constata entre os poderes local e central, exemplificando o tratamento preferencial que os autarcas têm na



Madeira.

O combate ao desemprego que afecta o concelho, depois do encerramento das Minas do Pejão e da CJ Clark, o esforço feito ao nível da melhoria da rede viária e das acessibilidades ao litoral, o investimento na renovação do parque escolar e em instalações desportivas, a aposta nas potencialidades turísticas e reconversão da vinha, foram alguns dos pontos que o edil paivense realçou para justificar a dinâmica municipal e ultrapassar as dificuldades ainda evidentes, permitindo melhor qualidade de vida à população.

A finalizar e na qualidade de presidente da Academia de Música de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira manifestou a vontade de puder ser concretizado um intercâmbio com uma associação congénere da Madeira, procurando reforçar laços de cooperação e de amizade, também no domínio cultural e artístico.

Intervenção de Alberto João Jardim

Começando por agradecer o convite da CM, o presidente do Governo Regional da Madeira mostrou-se feliz por estar entre amigos, no meio de um povo que soube enfrentar com coragem os maus momentos e deu um grande lição de

civismo e responsabilidade ao país.

Alberto João Jardim enalteceu a postura do autarca paivense, referindo que Paulo Teixeira se encaixa na mudança que o país precisa, pois provou ser um jovem autarca sem medo e dedicado e uma figura política com uma coragem invulgar, com grande capacidade de trabalho e reivindicativo quanto basta, que sempre soube fazer valer os direitos que interessam a Portugal no âmbito do Comité das Regiões.

Sobre a sua longevidade política, com 33 vitórias eleitorais no percurso, João Jardim deixou a receita para o sucesso: não prometer nada que não se possa cumprir, ser transparente e apresentar obra feita.

Conhecido como crítico de diversos aspectos da actual constituição, que considerou ter-se desadequado nestes 30 anos de democracia, o líder madeirense afirmou que é urgente aperfeiçoar o regime e que o país está limitado a regras e a interesses corporativos que impedem a inovação e a capacidade de se competir, ao mesmo tempo que se mostrou contra a limitação de mandatos dos autarcas, destacando que “querem calar à força os homens com prestígio no poder local e que são as vozes incómodas”.

Falando da Academia de Música de Castelo de Paiva e dizendo-se

“maravilhado com a actuação do Quarteto de Trompetes da AMCP”, o líder madeirense prometeu enviar esforços para se concretizar uma parceria com organizações similares da Madeira, esperando que os contactos possam surgir em breve.

A visita ao concelho paivense de João Jardim, que estava acompanhado pelo deputado regional madeirense Rui Coelho, depois de uma calorosa recepção no Largo do Conde, começou por uma passagem pela EB 2.3 de Sobrado e um contacto directo com alunos e professores daquela escola, obrigando o político madeirense a repartir cumprimentos e às fotografias de grupo.

Depois de uma curta visita à zona ribeirinha do Castelo, em Fornos, e de uma passagem pelo troço aberto do IC 35, a comitiva esteve no alto do Monte de S. Domingos para ouvir as melodias do imponente carrilhão da capela local e contemplar a beleza paisagística do Vale do Douro.

Em Pedrido, foram observadas as obras na nova marginal, com a zona de lazer e o enrocamento das margens do Arda e do Douro seguindo-se um lanche-convívio com o convidado, que recebeu lembranças da CM e da própria autarquia de Pedrido, fazendo questão de agradecer o carinho que os políticos e a população paivenses lhe dispensaram. – Gabinete da CPS de Castelo de Paiva

Novo ciclo no Governo da Cidade

Fernando Negrão (*)



Prévio ao surgimento do “novo”, acontecem os sinais de que alguma coisa está a terminar, a mudar ou a começar, sem que se dê logo conta, sendo que a primeira certeza que se tem, é a de que uma nova fase chegou ao seu termo.

Entre o que termina e o que começa, os sinais de passagem são fundamentais para avaliarmos a qualidade do futuro.

Esta percepção todos a temos e em todas as áreas, sendo ela de fundamental importância na Política. Quem melhor souber ler os sinais, melhor entenderá o que os Portugueses querem do futuro para o seu País; e essa leitura deve ser feita sem olhares de melancólica saudade para o passado, mas igualmente sem pressas ansiosas relativamente ao futuro. O governo do País, porque no essencial diz respeito a Pessoas deve, por isso, ter como referência o equilíbrio que advém da sensatez, da sensibilidade e da inteligência.

E onde melhor se fazem sentir esses sinais e essas mudanças que nas nossas cidades e respectivos concelhos? Lugares estes onde a democracia, enquanto exercício permanente de participação, é diariamente levada a cabo através de uma maior proximidade entre eleitores e eleitos. Onde, sendo todos cidadãos de uma parte, é mais fácil ao eleitor exigir aos candidatos a prova das competências que sempre invocam, bem como a assunção da confiança política que lhes foi dada, ou mesmo a própria responsabilidade pessoal pelo “governo” prometido.

Por isso, este sistema pode e deve ser aprofundado com vista a acrescentar qualidade na selecção dos candidatos, bem como a aumentar a responsabilidade eleitoral dos eleitos e também dos eleitores. Falar-se na responsabilidade dos eleitores é obrigar à criação de um sistema de informação permanente sobre o trabalho levado a cabo, é falar na criação de mecanismos cada vez mais participativos e interactivos, em suma, é dar mais qualidade à democracia através de mais liberdade de participação aos cidadãos.

O trabalho autárquico é, hoje, das realidades mais ricas e complexas, pelo que exige de conhecimento das populações e das infra-estruturas necessárias a uma cada vez maior qualidade de vida, baseada no desenvolvimento económico, no ordenamento equilibrado, na qualidade ambiental, na atenção permanente aos problemas sociais.

Em consequência, é hoje determinante que o autarca não limite a sua acção a uma espécie de eleitoralismo permanente, consubstanciado na satisfação contínua dos que lideram opinião, seja no bairro, em determinado sector profissional ou nas áreas económicas; e no silenciamento dos que têm opções políticas diferentes ou cuja palavra tenha curto efeito. É obrigação do autarca chamar ao governo da cidade todos os que querem dar o seu contributo, e de entre estes, saber escolher os mais aptos.

Todos os que tenham ideias novas e exequíveis têm de ser acolhidos, especialmente os quadros mais jovens – também para que não se afastem da cidade que os viu crescer e que lhes deu muitas das referências que vivem.

E tudo isto, sem curar de saber qual a filiação partidária, já que o

fundamental é a participação e o querer fazer bem.

No distrito de Setúbal e a nível autárquico, as câmaras têm alternado entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, com este último a perder os seus mais emblemáticos “bastiões”, como foram os casos, nas últimas eleições, dos concelhos de Grândola e do Barreiro.

Nessas mesmas eleições e no que ao concelho de Setúbal respeita, aconteceu uma maioria absoluta na CDU, em consequência de uma vontade quase unânime de pôr termo a 16 anos de mandato do Partido Socialista e ao facto de o poder autárquico alternar sempre entre esses dois aludidos partidos. Temos assim, neste distrito, uma situação de alternância e de aparente existência de alternativa. E digo aparente, porque a

alternativa existe. O que é preciso fazer-se é desmistificar as falsas e simplistas ideias de que o Mundo é dividido entre ricos e pobres; e de que só existem dois tipos de partidos políticos, os que defendem os ricos e os que defendem os pobres.

Ideias estas que têm levado a que um dos concelhos ambientalmente mais ricos, socialmente mais dotado de sentido de justiça e economicamente possuindo o que de melhor existe a nível de investimento nacional e internacional, continue a viver na ideia de por aqui grassa a pobreza, a tristeza, a injustiça e até a fome.

Há problemas, é certo, e alguns graves. Mas que haja vontade e determinação, para os resolver e não para os manter, como forma de continuar a alimentar os “amanhãs que cantam”, já definitivamente postas para trás por todo o mundo desenvolvido.

Aceitei lucidamente a responsabilidade da candidatura à Câmara de Setúbal, porque é essa a vontade dos militantes do PSD deste distrito, porque é esse o querer de muitos munícipes deste concelho, mas principalmente porque é preciso dar a Setúbal uma alternativa positiva, consentânea com os novos tempos e que essa alternativa é fundamental para que este concelho readquira a sua identidade e passe a olhar para o futuro com confiança e optimismo.

O PSD é a alternativa para o marasmo em que este Concelho tem vivido, porque tem uma visão pragmática do funcionamento da economia, preocupações de natureza social, atenção activa às questões ambientais, forte espírito congregador, tolerância no pensamento e na acção e dimensão cultural.

Por tudo isto, avançarei de coração aberto.

Certo de que o farei bem acompanhado.

Na certeza de que o desejo de alternativa é grande, com confiança na vitória.

Na certeza de que aquilo que agora estamos a começar é feito com o único objectivo de o Concelho de Setúbal se transformar num espaço em que dê gosto criarmos os nossos filhos e acompanharmos os nossos pais.

Setúbal, Maio2005.

(*) **Ex-Ministro da Justiça, candidato do PSD à Câmara de Setúbal**



Intervenção sobre a Iniciativa Legislativa de Cidadãos

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 27 de Abril de 2005

(...)

Esta Lei resultou da aprovação, na passada legislatura, por unanimidade, dum texto final apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em consequência de iniciativas legislativas que sobre a matéria foram subscritas pelos grupos parlamentares do PSD e do PP, do PS, do PCP e do BE.

Nessa oportunidade conseguiu a Assembleia da República, na terceira tentativa que ensaiou para o efeito, dar corpo e regulamentar o direito que também unanimemente a Revisão Constitucional de 1997 reconheceu aos cidadãos de fomentarem o processo legislativo.

Prendemos todos, com esse importante passo, reforçar o envolvimento dos cidadãos na política, mormente curando de promover uma maior e mais efectiva aproximação entre eleitos e eleitores.

No entanto, hoje como ontem, não entendemos que a iniciativa legislativa popular deva constituir-se como alternativa aos instrumentos próprios da democracia representativa. Ela deverá considerar-se complementar e extensiva desta, tendo como intuito aperfeiçoar, aprofundar e melhorar a representação e a representatividade política que a CRP confere ao Parlamento.

Por outro lado, é e sempre foi nosso entendimento que o reforço de participação dos cidadãos na vida política, logrado na possibilidade destes – para além doutros instrumentos, como o direito de petição ou o direito de iniciativa popular de referendo – impulsionarem o processo legislativo, não pode banalizar-se.

Desde logo, porque a tramitação especial e expedita que a lei que aprovámos em 2003 consagra, *maxime* no tocante ao agendamento rápido e obrigatório para discussão no Plenário (num regime só paralelamente aplicável a grupos parlamentares e não aos deputados), potenciará, nesse cenário, problemas de funcionamento e organização indesejáveis.

Depois, e mais relevante ainda, porque, pela nossa parte, continuamos a achar que à incidência nos trabalhos parlamentares e à própria dignificação do instituto da iniciativa legislativa popular, deve corresponder uma motivação fortemente sentida e manifestada pela sociedade portuguesa.

(...)

A transposição para a lei dos princípios que cada partido enunciou nas suas anteriores iniciativas foi uma tarefa complexa. Debelaram-se divergências em vários domínios, como sejam a titularidade, a delimitação do objecto ou os limites da iniciativa legislativa popular. Isso mesmo resulta do teor e alcance

dos projectos que agora discutimos, que não se debruçam sobre tais temáticas.

Quiseram, partido comunista e bloco de esquerda, reeditar hoje a controvérsia que sobreviveu aos trabalhos que efectuámos na anterior legislatura, isto é, a questão do requisito da subscrição mínima exigível para lançar a iniciativa legislativa popular.

A lei prevê, no nº 1 do artº 6º, o mínimo de 35000 assinaturas.

Entendem os proponentes que tal é exagerado e propõem a sua redução para 5000 assinaturas (PCP) e 4000 assinaturas (BE). Invocam que

a norma tal como está tem um efeito dissuasor, constituindo uma forma de inviabilizar as iniciativas.

Ora, menos de dois anos após final do amplo debate que travámos sobre a matéria, estamos em crer que não há razão para mudarmos de opinião.

Por quatro razões essenciais.

A primeira, porque estando a prerrogativa da iniciativa de lei cometida originariamente aos deputados, grupos parlamentares e Governo, todos dimanados dos resultados apurados em eleições legislativas, não deve o número de assinaturas ser inferior ao número de votos médio necessário para garantir um mandato em tais eleições.

Em segundo lugar, porque se a um deputado é conferido constitucional e regimentalmente o direito de apresentar projectos de lei, já a sua discussão e votação carecem, como muito bem sabemos todos, do respectivo agendamento, esse dependente dos grupos parlamentares (e, mesmo estes, com restrições). Banalizar a iniciativa legislativa popular, de agendamento obrigatório, potenciará uma secundarização que não desejamos para os deputados.

A terceira razão, ainda que meramente indicativa, prende-se com as experiências de direito comparado, onde se constata grau de exigência bem superiores ou, poucos, equiparados aos nossos (Espanha – 500.000 assinaturas reconhecidas; Itália – 50.000 eleitores; Polónia – 100.000 cidadãos; Jugoslávia – 30.000 eleitores; Lituânia – 50.000 cidadãos).

Por último, a quarta razão tem que ver com a dimensão que queremos atribuir à iniciativa de lei pelos cidadãos. Do nosso ponto de vista, este instrumento da democracia participativa deve accionar-se em casos de mobilização significativa da sociedade civil, capazes de exprimirem uma opinião ponderada, organizada e, também ela, representativa. Até para tornar o instituto eficaz e verdadeiramente consequente. Neste campo, a iniciativa popular de referendo que deu entrada,



no ano passado, nesta Assembleia é elucidativo: eram necessárias 75.000 assinaturas, entraram 121.151 e, no dia seguinte, um abaixo-assinado de sentido contrário apresentava o dobro desse número. Porquê?

Seguramente porque a matéria mobilizava e expressava uma vontade legislativa forte, organizada e partilhada e representativa da vontade de muitos cidadãos.

(...)

Duas notas finais.

A primeira, para sublinhar que no que concerne à outra alteração proposta pelo BE, atinente a estabelecer a possibilidade dos serviços jurídicos da A.R. sugerirem aperfeiçoamentos formais à comissão representativa dos subscritores, entendemos que essa

preocupação e essa possibilidade, já se encontram subsumidas no actual normativo, mormente nos preceitos relativos aos requisitos e tramitação (com destaque para os artºs 8º/2 e respectiva remissão para o artº 6º/1 e 2, artº 9º/4 e artº 11º/3, da lei 17/2003).

A segunda nota para, em conclusão, enfatizar o seguinte: a iniciativa legislativa por grupos de cidadãos, é um instrumento recente e inovador da democracia representativa e participativa que queremos continuar a construir e aprofundar. A todos cabe, sem frustrar os princípios que alicerçaram esse avanço constitucional, difundir e estimular o aproveitamento que a sociedade pode tirar da prerrogativa que a lei lhe atribui.

O PSD permanece empenhado no cumprimento desse desiderato. A nosso ver, chamar os cidadãos à actividade política não depende tanto do número de assinaturas necessário para utilizar instrumentos como a iniciativa legislativa. A questão da participação dos cidadãos na vida política é bem mais complexa, mais profunda, motiva-nos para chamada “**reforma do sistema político**”, para a relação dos partidos com a sociedade e para a sua própria organização interna, etc.

Nesse caminho e na preocupação de difusão dos instrumentos já vigentes, esta bancada continuará diligente e colaborante.

(...)

Projecto de Lei N° 26/X

INSTITUI UM REGIME DE LICENCIAMENTO DE ACTIVIDADE APLICÁVEL À REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLECTIVO DE CRIANÇAS

Exposição de motivos

O transporte colectivo de crianças tem vindo a crescer nos últimos anos, não só pelo aumento exponencial do número de crianças que frequentam a educação pré-escolar, como pelo crescente desenvolvimento de outras actividades de intervenção educativa prosseguidas pelas autarquias locais, designadamente no âmbito de projectos de ocupação dos tempos livres de crianças e adolescentes.

Trata-se de um segmento de transporte de passageiros que nos merece particular atenção, ao qual atribuímos a maior importância e que exige urgentemente a supressão de uma lacuna há muito existente no nosso ordenamento jurídico, de forma a acautelar a sua qualidade e prever condições acrescidas de segurança.



Intervenção sobre segurança no transporte colectivo de crianças e jovens

Deputado Luis Rodrigues
Assembleia da República, 27 de Abril de 2005

(...)

O novo Código da Estrada, aprovado pelo Governo da maioria PSD/CDS, introduziu medidas de protecção às crianças e jovens, de modo a reduzir o risco em acidentes de viação nestas camadas etárias.

O anterior Governo tinha preparado um conjunto de iniciativas complementares ao Código da Estrada, entre as quais se incluía a legislação sobre o licenciamento do transporte colectivo de crianças e jovens.

Esta matéria é extremamente relevante, face ao crescente aumento da oferta no sector e à falta de regulamentação existente.

A verdade é que, por falta de tempo, em consequência da actividade profissional de muitos pais e educadores, perdeu-se, em parte, o velho hábito de serem os pais a levar os filhos à escola, o que determinou uma procura cada vez maior de prestadores de serviços no sector dos transportes escolares.

Por outro lado, muitas das escolas que ofereciam este tipo de transporte, face ao aumento dos encargos financeiros e porque não é essa a sua



vocação, deixaram de prestar directamente esses serviços.

Tudo isto levou ao aumento do número de empresas prestadoras do serviço de transporte de crianças, nomeadamente em viaturas ligeiras de passageiros até nove lugares, o que determina a necessidade de regulamentar este tipo de actividade, de modo a implementar regras de condução defensiva e de segurança.

O Projecto de Lei n.º 26/X, apresentado pelo PSD e pelo CDS previne de uma forma integrada os

aspectos que consideramos essenciais para a segurança da faixa etária mais jovem.

... pretende-se instituir um regime de licenciamento de actividade aplicável à realização do transporte colectivo de crianças e jovens e são definidas regras de certificação para os respectivos motoristas, com o objectivo de garantir a sua idoneidade e formação específica adequada, assim como é tornada obrigatória a presença de vigilantes durante a operação de transporte, relativamente ao qual deve, igualmente, ser garantida a sua idoneidade.

São adoptadas medidas especiais tendentes a garantir a segurança das crianças transportadas, designadamente tornando obrigatória a colocação de dispositivos de retenção adequados para as crianças mais pequenas, bem como do cinto de segurança em todos os lugares do veículo e é suprimida a possibilidade de ocupação de um assento por mais de uma criança, sendo também adoptadas regras cautelares no âmbito da circulação e locais de paragem destes veículos.

A obrigação de uso do tacógrafo é

estendida a todos os veículos e é estabelecido um regime de licenciamento dos veículos a utilizar nestes transportes, quer pertençam a empresas transportadoras ou a autarquias locais, quer a outras entidades que realizem transporte colectivo de crianças e jovens, sendo fixada uma idade limite para o respectivo licenciamento.

Estas medidas são complementadas por um regime sancionatório específico para o não cumprimento das regras impostas, de forma a conferir eficácia ao regime ora instituído.

(...)

Por último, mas não menos importante, não posso deixar de alertar para uma lacuna existente no âmbito do tema hoje em apreciação. Também é necessário regulamentar o transporte inter-hospitalar de crianças e jovens, que deve ser objecto de legislação específica. Muitas vezes são os profissionais de saúde, nomeadamente os médicos, que são confrontados com estas situações e para as quais não encontram qualquer resposta.

(...)

Grupo Parlamentar do PSD

Projecto de Revisão Constitucional - Nota Justificativa

Há seis meses atrás, por teimosia do Partido Socialista, a Assembleia da República perdeu a oportunidade de resolver tranquilamente aquilo que já então era a intenção política clara de todas as forças políticas com assento parlamentar – referendar o tratado que estabelece uma constituição para a União Europeia.

Então, como agora, o PSD entendia que o referendo devia incidir sobre o tratado em bloco, através da formulação de uma pergunta do tipo – “Está de acordo com a aprovação do tratado que estabelece uma Constituição para a Europa?”

A teima do Partido Socialista e a dissolução abrupta da Assembleia da República fizeram adiar a convocação deste referendo, estando o País agora confrontado com a necessidade de não só resolver o impedimento constitucional à formulação da pergunta desejada como, também, criar condições para que o referendo tenha lugar ainda este ano, pese embora o exigente calendário eleitoral que temos pela frente.

Quanto à primeira questão, é nosso entendimento que a regra geral inscrita

na Constituição sobre as matérias a referendar é uma boa regra e, como tal, não deve ser alterada.

Nesse sentido propomos que seja a própria Constituição a criar uma excepção para este tratado, e bem assim para as suas futuras alterações, atendendo exactamente ao reconhecido carácter especial que ele assume na nossa opção europeia.

É necessário levar em conta que, referendando-se agora este texto, evidentemente que quaisquer futuras alterações terão, de igual modo, de voltar a ser objecto de consulta aos portugueses.

Quanto ao calendário, é pública a adesão do PSD à proposta de simultaneidade do referendo europeu com a realização de eleições autárquicas no próximo mês de Outubro.

No plano dos princípios, o PSD não tem até qualquer objecção de fundo à aceitação do regime que vigora na generalidade das democracias, ou seja, a plena liberdade de coincidência de sufrágios eleitorais com sufrágios referendários.

Só que os recentes avanços e recuos, hesitações e tralhalhadas em que a actual

maioria se vem enredando em matéria referendária não permitem que nesta questão, que é uma questão séria e de Estado, possamos confiar nas verdadeiras intenções do Partido Socialista.

É nesse sentido que a nossa disponibilidade vai tão só para a criação de uma norma transitória na lei de revisão que, especificamente, abra espaço para a realização deste referendo no dia das próximas eleições autárquicas.

Por último, o PSD lamenta a mudança de posição política do Partido Socialista que, de Dezembro para cá, perdeu toda a disponibilidade para concluir, também no plano constitucional, as reformas imprescindíveis para avançar na credibilização e na legitimação democrática do governo da Justiça.

É uma reviravolta que retira as condições políticas concretas para que alterações estruturais efectivas possam ser aprovadas. São agora outras a coragem e a linha de rumo do Partido Socialista. Quem perde com isso é o País.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 285.º da Constituição, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata abaixo assinados apresentam

o seguinte projecto de revisão constitucional:

ARTIGO 1.º

Aditamento

É aditado um artigo 294.º – A à Constituição da República Portuguesa, com a seguinte redacção:

“Artigo 294.º - A

(Tratado Constitucional da União Europeia)

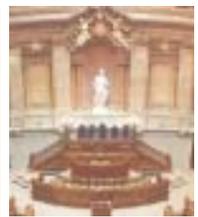
A aprovação do tratado que estabelece uma constituição para a União Europeia, assinado em 2004, e das suas alterações futuras, podem ser precedidas de consulta directa aos cidadãos eleitores, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 115.º.”

ARTIGO 2.º

Simultaneidade com as eleições autárquicas

O disposto no n.º 7 do artigo 115.º da Constituição da República Portuguesa não prejudica a eventual convocação e efectivação de um referendo sobre o tratado que estabelece uma constituição para a União Europeia, em simultâneo com a realização de eleições gerais para os órgãos do poder local.

-13 de Maio de 2005.



Intervenção sobre os 61 dias de Governo Socialista

Deputado Miguel Frاسquilho
Assembleia da República, 12 de Maio 2005

(...)
Completaram-se hoje dois meses sobre a tomada de posse do Governo apoiado no Parlamento pela nova maioria Socialista.

E nestes 61 dias, felizmente, para além do silêncio, que já começa a ser ensurdecedor em algumas áreas – como veremos daqui a pouco –, a verdade é que a acção governativa apenas se tem distinguido por algumas barafundas e confusões – nada abonatórias, sobretudo quando nada mais se tem para apresentar.

Desde logo na questão da prioridade dos referendos. No discurso de tomada de posse, o Primeiro Ministro referiu-se explicitamente à realização do referendo sobre a Constituição Europeia, e à possibilidade da sua realização simultânea com as eleições autárquicas. Nem uma palavra relativamente à questão do referendo sobre a interrupção da gravidez. Clara como água e compreensível a prioridade dada ao referendo sobre a Europa.

Porém, poucos dias depois, o Partido Socialista anunciava a intenção de realizar o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez ainda antes do Verão. Vá lá saber-se o que terá feito o PS mudar de opinião e ir a reboque da agenda de partidos da extrema esquerda – mas a verdade é que assim aconteceu. Isto para já não falar na emburhada da questão das dez ou das dezasseis semanas. Por fim, face ao beco em que o Partido Socialista se colocou, teve que ser o Presidente da República a resolver a questão, reafirmando as prioridades tal como o PSD, coerentemente, sempre as defendeu.

Na saúde, o Ministro contrariou uma promessa da campanha eleitoral do Primeiro-Ministro, no que toca à construção do Hospital Central do Algarve. Mas, azar dos azares, no dia seguinte, foi o próprio Ministro a ser desautorizado pelo Primeiro-Ministro. Mais um episódio pouco dignificante para a credibilidade do Executivo.

Ainda há cerca de duas semanas, foi o Ministro da Administração Interna que teve que recuar publicamente no projecto de acompanhamento de operações policiais por elementos do Ministério Público, em resultado de um erro de palmatória do Governo sobre algumas competências da polícia.

Ao mesmo tempo, o Ministro do Trabalho e da Segurança Social anuncia que irá rever o Código do Trabalho aprovado na anterior legislatura, contrariando as tendências internacionais na área da legislação laboral, e não se importando com as consequências negativas que daí advirão para a nossa economia, a criação de riqueza e, consequentemente, para a criação de emprego e a melhoria do bem

estar da população.

E o Ministro da Economia e Inovação parece não acertar com o modelo que quer implementar em organismos como o ICEP, o IAPMEI ou a API.

Ao contrário, em áreas em que a acção que se exigia era rápida e certa, o silêncio, como já referi, começa a ser ensurdecedor.

É o que sucede, em especial, com ao maior dos problemas – as finanças públicas do país.

O Ministro das Finanças encontra-se, literalmente, desaparecido.

Na verdade, depois de ter anunciado a quase inevitabilidade de aumentar impostos, mesmo ainda antes de ter tomado posse, o Ministro apenas se mostrou no Debate do Programa do Governo, em 22 de Março, e ontem, 50 dias depois.

Porém, em ambas as ocasiões, nenhuma pista concreta sobre o caminho a seguir foi avançada – nem, consequentemente, sobre a forma como o défice público pode, na prática, vir a ser reduzido.

Diz o Ministro que ainda estão por apurar os resultados do défice para 2005 que a chamada “Comissão Constâncio” revelará apenas para a semana.

Curiosa afirmação, quando o Primeiro-Ministro afirmou já por mais de uma vez que se nada for feito, o valor do défice para este ano se situará entre 6% e 7% do PIB.

E quando o próprio Ministro das Finanças afirmou ontem que se compromete a reduzir o défice em cerca de 1% do PIB ao ano, para atingir um valor abaixo de 3% em 2008. Basta fazer as contas para nos apercebermos de que o Ministro parte de um valor à volta de 7% em 2005.

Mas então, não estão ainda por revelar os valores da “Comissão Constâncio”?

Ou melhor, Senhores Deputados, o que deve perguntar-se é para que foi criada esta Comissão, se quer o Ministro das Finanças, quer o Primeiro-Ministro já sabem – e desde há algum tempo – o valor do défice estimado para 2005?

Na verdade, na posse desta informação, o que importava era saber que estratégia concreta tem este Ministro e este Governo para reduzir o défice.

Porque o valor que venha a ser apurado significa apenas que esse é o valor que ocorreria se até ao final do ano nenhuma medida fosse tomada para o reduzir. É que um valor estimado não é o valor verificado. Desde logo porque o ano, como todos os anos, só acaba em Dezembro e não só estamos apenas em Maio como o Governo tomou posse em Março – e passado todo este tempo, ainda não conhecemos



como pretende reduzir este défice.

Não, recusamo-nos a acreditar que o Executivo Socialista nada pretenda fazer, e queira chegar ao fim do ano com o valor estimado já conhecido. É que, Senhores Deputados, é por isso que o valor é uma estimativa – e as estimativas podem não coincidir com o resultado final. Se coincidirem, é porque houve uma demissão política de governar. Contrariar esse cenário exige acção governativa. Reclama engenho e vontade política. O que, infelizmente, não tem abundado até agora.

Apenas conhecemos o prognóstico de prosseguir a consolidação

orçamental. Que continuará a ser feita do lado da despesa. E que a ela não poderão escapar nem as despesas com o pessoal nem as transferências correntes, nomeadamente a Segurança Social.

Obviamente, não podemos deixar de concordar com este enunciar de propósitos do Senhor Ministro das Finanças. Mas é muito pouco e muito vago.

(...)
Foi ao PS, Senhores Deputados, que os Portugueses concederam uma maioria absoluta para, supostamente, resolverem os problemas do país. E eles resolvem-se, governando.

O adiamento dos problemas não os resolve – antes os agudiza.

Não façam o país perder mais tempo.

(...)
Para fazer o que importa ao país, sim senhor, estaremos sempre disponíveis. Para fingir que se governa, para fugir à responsabilidade dos problemas, empatar, não decidir, e não contribuir para fazer avançar o país, estejam certos de que contarão com a nossa firme e cerrada oposição. Sempre em prol do superior interesse de Portugal e dos Portugueses.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o eventual encerramento dos centros culturais do Instituto Camões na Europa

Dep. Carlos Alberto Gonçalves.

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre o novo código da estrada – Consequências do vazio legal na falta de definição das entidades competentes para aplicação de coimas e sanções assessorias correspondentes às contra-ordenações muito graves.

Dep. Fernando Santos Pereira

Requerimento ao Ministério do ambiente, do Ordenamento do território e do desenvolvimento regional

Sobre a Comissão Nacional da REN e revisões dos Planos Directores Municipais

Dep. José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Governo

Sobre as sucessivas reprovações do navio Golfinho Azul, por parte do Instituto Português de Transportes Marítimos

Dep(s) João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o ponto de situação na execução de protocolos celebrados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento(IPAD)

Dep. Henrique Freitas

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre a construção do novo Palácio da Justiça de Penacova

Dep. Jaime Marta Soares



Assunção Esteves defende que o desafio de constitucionalização da Europa passa pela sua acção externa



A Deputada do PSD **Assunção Esteves** afirmou, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “**o desafio de constitucionalização da Europa passa pela vertente da sua acção externa, porventura a vertente mais complexa, polémica e fascinante. Pela acção externa, a Europa transporta para o mundo a pedagogia de um novo estilo de governação marcado pela partilha em acto dos valores democráticos e a afirmação dos direitos humanos.**”

É por isso, acrescentou Assunção Esteves, que o serviço europeu para a acção externa não tem apenas o significado de uma racionalização administrativa e financeira, de uma vontade de organização. O serviço mostra que a política externa da União Europeia tem agora a marca de um projecto de vida comum, de um modelo de consenso sobre o grande horizonte de humanidade que a Europa desenha para si e para as suas relações com o mundo”.

Para a Deputada social-democrata, tudo isto exige, por parte da União Europeia, “**uma acção transversal e concertada das suas instituições e a radicação democrática das decisões de política externa. A Constituição emergente mostra que a política externa comum é agora decidida numa base não exclusivamente intergovernamental, que ela é transversal às Instituições Europeias que processam a decisão política e que a intervenção da Comissão, desde logo, desencadeia ela mesma um nexo de relação com o Parlamento.**”

Assunção Esteves defendeu que “**uma Europa coerente, dotada de uma visão estratégica claramente definida na linha do multilateralismo e de um novo sistema de direito internacional, exige uma adaptação da relação entre as suas Instituições, a sinergia dos seus actores e o consenso interno permanente. É este o sentido do novo serviço europeu para a acção externa.**”

A terminar a sua intervenção, Assunção Esteves considerou que o serviço de acção externa da União põe assim em relevo as seguintes questões: “**qual a sua configuração orgânica? Como vai gerir a sua imensa multidisciplinaridade? Como vai estabelecer as suas cadeias de autoridade? Como vai evitar um campo de tensão eventual entre o Conselho e a**

Comissão, senão mesmo as tendências de feudalização nas relações entre o Conselho e a Comissão? E, finalmente, como vai definir os nexos de responsabilidade incluindo aqui os nexos de responsabilidade democrática?”

Graça Moura apoia proposta sobre cinematografia europeia

O Deputado **Vasco Graça Moura** afirmou, no Parlamento Europeu, que “**a cinematografia dos países membros da União Europeia, como património cultural, histórico e civilizacional que é, deve ser não só, preservada e valorizada por todos os meios, mas também tornada amplamente disponível para fins de investigação e também de formação e fruição culturais, princípio este que, como é óbvio, se aplica a todas as outras modalidades em que o património cultural europeu se manifesta.**”

Para Vasco Graça Moura, que participou num debate sobre o património cinematográfico e a competitividade das actividades industriais conexas, “**é por políticas e linhas de actuação concreta deste tipo, que envolvem a conservação da memória e a sua manutenção num estado de fecundo e multimodo funcionamento, que se defende a pluralidade de culturas dos países membros da União Europeia e a extraordinária riqueza espiritual e material que lhes corresponde.**”

É também por essa via, acrescentou o Deputado, que pode ser alcançada e estimulada aquela essencial ‘mais valia’ europeia que deve ser característica dos projectos culturais apoiados pelas instituições da União.

A cultura europeia só pode afirmar-se perante as culturas de países terceiros por uma potenciação do seu próprio valor, que leve todos os cidadãos que com ela se sentem identificados a cada vez maiores níveis de exigência qualitativa, tanto nas suas criações, como nos seus consumos culturais”.

Vasco Graça Moura sublinhou que “**a Europa não tem de se defender contra produtos com qualidade cultural de outras proveniências. Se tais produtos a têm, espelham a dignidade do espírito humano e a Europa também precisa deles! Mas convém-lhe competir com eles, pelo menos em idêntico nível de qualidade.**”

E contra os produtos espúrios de que possa ser invadida, é também nisso que está a defesa da Europa, e não em convenções a celebrar nas instâncias do politicamente correcto, ostensivamente proclamadas para protecção da diversidade cultural, mas, na verdade, preparadas para estabelecer barreiras, em nome de interesses mais ou menos corporativos e mais ou menos paroquiais”.

Vasco Graça Moura exprimiu o seu apoio à proposta de recomendação em debate, muito embora tenha manifestado algumas dúvidas quanto à sua eficácia jurídica, uma vez que, disse, “**mesmo dando-lhe esse nome de ‘recomendação’, se está a apontar a uma harmonização que o Tratado exclui.**”





PE aprova Relatório de Carlos Coelho sobre combate ao comércio de veículos roubados

O Parlamento Europeu aprovou, em Bruxelas, o Relatório do Deputado do PSD **Carlos Coelho** sobre o **acesso ao Sistema de Informação Schengen (SIS) por parte dos serviços dos Estados-Membros competentes para a emissão dos certificados de matrículas dos veículos**.

Para Carlos Coelho, com esta aprovação, “*estão, assim, criadas as condições para que possa finalmente ser adoptado, a breve trecho, o acto jurídico que permitirá a entrada em vigor desta útil medida. Com isso contribuímos para combater a criminalidade e para reforçar a segurança dos nossos cidadãos*”.

Na intervenção que efectuou durante a discussão do Relatório, Carlos Coelho sublinhou os **números impressionantes** deste tipo de criminalidade, tendo afirmado que “*todos queremos lutar contra o furto e o comércio ilegal de veículos roubados. Trata-se de uma forma de criminalidade que tem vindo a crescer, ultrapassando 1 milhão de veículos roubados por ano, dos quais menos de 40% são recuperados*”.

Preocupa-nos este problema, acrescentou, não apenas pela sua relevante expressão económica mas sobretudo porque está **relacionado com outras formas de criminalidade, como o tráfico de drogas, armas e seres humanos**. Porque constitui uma actividade bastante lucrativa e sem implicar grandes riscos, tornou-se bastante atractiva para as redes do crime organizado.

Torna-se, assim urgente, adoptarmos novas medidas de combate a este tipo de criminalidade. Numa Europa em que se encontram abolidos os controlos nas fronteiras internas é fundamental que exista uma resposta com medidas eficazes ao nível comunitário”.

O Deputado social-democrata sublinhou ainda que “*esta proposta pretende que as autoridades públicas de registo de automóveis tenham o direito de aceder de forma directa a determinadas categorias de dados que figuram no SIS. Por sua vez, os serviços privados de registo de automóveis terão apenas o direito de requerer um acesso indirecto, por intermédio de uma autoridade pública com acesso ao SIS*”.

Pretende-se, desta maneira, contribuir para que o **SIS seja um instrumento ainda mais importante no âmbito da luta contra a criminalidade**. É necessário controlar de forma mais rápida e eficaz, se o veículo cuja matrícula é solicitada foi roubado, desviado ou extraviado.

Melhoramos, também, o funcionamento do mercado interno, reforçando o princípio da livre circulação e consequentemente favorecendo a criação progressiva do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, bem como a realização da política comum de transportes.

Esse acesso directo permitirá evitar, em tempo útil, que os veículos roubados num país, sejam registados noutro, por vezes em menos de 24 horas, e por conseguinte que sejam legalizados. Há 2 argumentos que justificam esta medida:

- **eficiência:** estão registados vários milhões de veículos na UE. O acesso directo, permite de forma fácil e rápida controlar o estatuto legal de um veículo.

- **transparência:** actualmente, os diversos Estados Membros têm formas diferentes de controlar, no momento de registo da matrícula do veículo, se este foi roubado. Todas essas formas são mais ou menos opacas e complicadas. A solução proposta no âmbito da Convenção de Schengen é mais transparente e oferece mais garantias do que a situação actual”.

Carlos Coelho destacou ainda a importância de “*continuar a preservar a protecção de dados e a privacidade dos nossos cidadãos*”. Por isso, acrescentou, “*procurei salvaguardar que esse acesso só poderá ser feito em relação a dados relativos aos veículos a motor com cilindrada superior a 50 cc, dados relativos a rebocos e caravanas cujo peso em vazio seja superior a 750 kg, aos títulos de registo de propriedade de veículos e às chapas de matrícula de veículos roubados, desviados ou extraviados*”.

Por outro lado, propôs que fosse suprimida a proposta de acesso aos dados relativos a documentos de identidade, como aconselhava, aliás o parecer da JSA (Autoridade Comum de Controlo) e os dados relativos a documentos oficiais em branco, que é aliás um conceito demasiado vasto e indefinido.

Deste modo, o conjunto de dados a que as autoridades competentes para a matrícula dos veículos terão acesso fica claramente definido e limitado ao que é **necessário e apropriado**”.

A este propósito, Carlos Coelho lembrou “*que a Directiva 95/46 relativa à protecção de dados pessoais é aqui aplicável, bem como as normas*

específicas da Convenção de Schengen sobre protecção de dados”.

“*Queremos ter a certeza, disse, que essas normas são efectivamente respeitadas e controladas. Para isso é importante que as autoridades encarregadas da protecção de dados disponham de recursos suficientes para cumprir as suas tarefas e que os Estados Membros se empenhem firmemente na defesa do direito fundamental da protecção de dados*”.

Fazendo o historial do processo legislativo desta medida, Carlos Coelho lembrou que, em Abril de 2004, o Parlamento Europeu, aprovou, em 1ª leitura o seu Relatório que propunha 10 alterações à proposta inicial da Comissão. Em Dezembro de 2004 foi adoptada a posição comum do Conselho.

O Deputado acolhe de forma favorável essa posição comum e congratula-se pelo facto de seguir, no essencial, as recomendações feitas pelo Parlamento Europeu, ao ter aceite 7 das 10 alterações apresentadas.

Relativamente às alterações não aceites pelo Conselho, Carlos Coelho afirmou:

“- em 1º lugar - a **alteração 4** - não a irei manter uma vez que perde sentido pois no dia 24 de Fevereiro de 2005, o Conselho adoptou finalmente a iniciativa do Reino de Espanha com vista à aprovação de um regulamento do Conselho relativo à introdução de novas funcionalidades no SIS, particularmente no que respeita à luta contra o terrorismo.

- em 2º lugar - a **alteração 11** - também não a mantenho porque os parágrafos 1 e 3 se encontram igualmente contidos nessa decisão. Quanto ao parágrafo 2 não se encontra todavia incluído. Esse parágrafo propõe que seja registada a pessoa ou o objecto a que se refere a consulta ao SIS, o terminal ou o utilizador que efectua a consulta, o local, a data e a hora, bem como os motivos da consulta. Tratou-se de uma tentativa de alterar as normas relativas à protecção de dados para o SIS em geral, sendo aceitável que não tenha sido, de momento, incluído no texto revisto da Convenção. No entanto, uma vez que se aguarda a proposta relativa ao SIS II, a questão deverá ser tratada no âmbito desse instrumento jurídico.

- em 3º lugar - a **alteração 10** - que prevê a apresentação de um relatório anual sobre a aplicação do acesso



proposto, por parte das autoridades competentes para a matrícula dos veículos, a fim de lutar contra a criminalidade automóvel. Insisto na necessidade do Parlamento receber um relatório que lhe permita efectuar uma avaliação do sistema, de modo a poder exercer a sua função legislativa, e de autoridade orçamental.

Proponho uma formulação ligeiramente diferente, que, após uma reunião informal com a Presidência Luxemburguesa, presumo poderá ser aceite pelo Conselho. Proponho ainda que o relatório seja enviado pelo Conselho, dado que a Comissão não tem qualquer responsabilidade pela gestão do actual sistema (SIS 1+).

Por fim, proponho ainda duas outras alterações de natureza técnica, relacionadas com a próxima adesão da Suíça ao acervo de Schengen e com o facto de entretanto ter sido adoptada a iniciativa dos Países Baixos referida pelo Parlamento na sua alteração 1ª”.

Aproveitando a presença no debate quer da Comissão quer do Conselho, Carlos Coelho chamou ainda a atenção para dois aspectos que o preocupam:

“- dado que as alterações que constam desta proposta não poderão deixar de integrar a proposta sobre o novo SIS II, é importante recordar que o Parlamento espera que essa proposta assente numa base jurídica que preveja o **processo de co-decisão**, tal como a proposta relativa ao Sistema de Informações sobre Vistos.

- gostaria também de reiterar o desejo deste Parlamento de receber futuramente mais garantias sobre o cumprimento e o controlo efectivos das normas de **protecção dos dados** previstas na Convenção de Schengen, como também no que diz respeito à Directiva 95/46”.

Notícias dos Açores

“Victor Cruz: Aproxima-se um novo tempo de vitórias para o PSD/Açores”

O Presidente do PSD/Açores emitiu há dias um comunicado sobre as próximas autárquicas e – referindo-se à ilha das Flores - aos problemas de retenção de verbas já recebidas, da EU, para obras nas Flores, obras na sua maioria já realizadas a custo da autarquia, e cujo não-pagamento é mais um episódio da já longa história de discriminação e perseguição às autarquias PSD.

No comunicado, Victor Cruz afirma o seu apoio à recandidatura de João António Vieira Lourenço à Câmara Municipal das Lajes das Flores, realçando o trabalho prestigioso desenvolvido pelo autarca, merecedor da confiança e do apoio do PSD.

O líder do PSD/Açores manifestou também a sua satisfação pela convocatória de eleições para os órgãos concelhios de Santa Cruz das Flores

Victor Cruz mostrou-se confiante numa estratégia ganhadora das autárquicas, na Ilha das Flores e na região, e declarou ser sua convicção que o tempo das derrotas terminou e que se aproxima um novo tempo de vitórias para o PSD/Açores. Um novo ciclo de vitórias assente num trabalho responsável e com a firme certeza de promover o desenvolvimento da região, a diversos níveis, e de apresentar, assim, obra feita.

O PSD/Açores PSD arranca com Candidaturas Autárquicas no Nordeste

Na passada sexta feira, dia 15 de Abril, Victor Cruz foi ao Nordeste para assistir à realização da assembleia de militantes do PSD daquele Concelho.

Da sessão, com vista à eleição dos órgãos do Partido daquele Concelho, o anúncio mais relevante acabou por ser o da recandidatura do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Carreiro, que contou com o apoio de Victor Cruz e dos militantes presentes que enchem o Polivalente da Algarvia.

O PSD/Açores é uma grande força no Poder Local

Os autarcas do PSD/Açores presidem a treze das dezanove Câmaras Municipais dos Açores e a oitenta e seis, das cento e vinte Juntas de Freguesia Açorianas.

Nos dezanove Concelhos, das nove ilhas dos Açores, o Partido Popular preside à Câmara Municipal do Corvo, o Partido Socialista lidera as Câmaras Municipais de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Lagoa, em São Miguel, de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, da Horta, na Ilha do Faial, e de Santa Cruz das Flores, na Ilha das Flores.

O PSD/Açores está à frente dos destinos de cinco dos seis Municipais da Ilha de São Miguel – Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste –, preside à Câmara Municipal da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, à de Santa Cruz da Graciosa, às três autarquias da Ilha do Pico - Lajes do Pico, Madalena e São Roque do Pico - às duas Câmaras da Ilha de São Jorge – Velas e Calheta – e à Câmara Municipal das Lajes das Flores.

Assim, os autarcas do PSD/Açores lideram o poder local, representando cerca de 70% da população açoriana.

O presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, apresentou, no último Congresso Regional do partido, em Janeiro passado, como meta para as próximas eleições autárquicas, uma vitória do PSD/Açores, propondo-se ganhar a maioria das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia dos Açores.

O processo de escolha dos candidatos social-democratas às autarquias açorianas tem vindo a decorrer bem, contando o líder do PSD/Açores com a recandidatura da maioria dos autarcas - tal como a de Berta Cabral, em Ponta Delgada, José Carlos Carreiro, no Nordeste, Rui Melo, em Vila Franca do Campo, António Silveira, nas Velas, Jorge Rodrigues, na Madalena do Pico e João Lourenço, nas Lajes das Flores.

Na Praia da Vitória é certa a candidatura do presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Regional, Clélio Meneses, enquanto que no outro concelho da ilha Terceira, Angra do Heroísmo, o candidato à Câmara Municipal, pelo PSD, será o ex-ministro da Agricultura, Carlos Costa Neves.

Nas palavras de Victor Cruz, “... o PSD/Açores está fortemente empenhado nesta batalha, fazendo todos os esforços para contribuir para a vitória do PSD nas próximas eleições autárquicas”.



Autárquicas: Candidato PSD na Praia da Vitória quer ser “presidente da unidade”

Declaração de candidatura em Praia da Vitória

O candidato do PSD/Açores à Câmara Municipal da Praia da Vitória, Clélio Meneses, anunciou na semana passada, as prioridades do seu programa eleitoral e assumiu-se como “o presidente da unidade”, porque o progresso exige a participação de todos.

Clélio Meneses, que falava perante muitas centenas de apoiantes, no auditório do Ramo Grande, comprometeu-se “a ser o presidente da unidade, porque o progresso exige que todos sejam chamados a dar a sua contribuição, independentemente da filiação partidária”.

“Tenho recebido o apoio de muitos praienses não filiados em qualquer partido como até de alguns que vão contra as orientações dos seus partidos. Concorro pela terra e não contra alguém”, disse o candidato social-democrata.

Entre as prioridades do seu programa consta, designadamente uma aposta em parcerias público/privado “como mola principal dos projectos que passam pela unidade da ilha, rigor e eficácia no trabalho, inovação, promoção do emprego e apoio social”.

Clélio Meneses quer ainda criar nas onze freguesias uma rede para ocupação de tempos livres, um centro de explicações para os jovens com dificuldades nos estudos e aumentar o convívio entre jovens e idosos.

O líder dos sociais-democratas açorianos, Victor Cruz, presente na sessão, esclareceu que “o PSD escolhe os melhores para candidatos às autarquias, porque estas não são um órgão menor no quadro da democracia portuguesa”.

“Sem os autarcas não é possível a nenhum governo conseguir elevados padrões de desenvolvimento quantitativo e qualitativo”, sustentou Victor Cruz.

Disse ainda ter ouvido dizer que “a eleição dos autarcas devia privilegiar a escolha dos candidatos que representam o partido que está no governo”, mas mostrou-se seguro em como o povo “sabe distinguir entre uma candidatura que melhor possa servir o concelho e a votação num partido”.

“Não estamos contra ninguém”, disse, recordando que a seriedade das propostas dos candidatos autárquicos do PSD ficou provada em anteriores eleições locais: “Embora tenhamos perdido por três vezes a eleições regionais, ganhamos sempre nas autarquias – e voltaremos a ganhar”. – **Gab. Imprensa PSD/Açores**

Notícias da Madeira

O PSD acusa a oposição de atentar contra a autonomia

Na discussão, no Parlamento Regional, sobre a proposta de nova lei eleitoral para a Madeira, o PSD-Madeira acusou os partidos da oposição no arquipélago de atentarem contra a democracia e a autonomia da região, ao pretenderem impor alterações à lei eleitoral madeirense através da Assembleia da República.

Em comunicado assinado pelo líder do PSD-M, Alberto João Jardim, os sociais-democratas afirmam que o objectivo da oposição é “distorcer futuras eleições, estabelecendo um sistema fraudulento que beneficie sempre os derrotados pelo voto soberano do povo madeirense”.

O PSD reagiu assim à decisão da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais de rejeitar as alterações à lei eleitoral da Madeira contidas na proposta de revisão do Estatuto Político-Administrativo entregue na Assembleia da República pelo Parlamento regional.

Para o PSD-M, trata-se de “um atentado à democracia, na medida em que, através de outro parlamento, se pretende impor legislação aos madeirenses, contra a maioria parlamentar na Assembleia Legislativa da Madeira”.

O PSD-M considera que a posição “orquestrada” dos partidos da oposição insular, “minoritaríssimos” na Assembleia Legislativa da Madeira, configura ainda “um atentado à autonomia, na medida em que, de fora do território madeirense, se pretende impor ao povo, soluções que a maioria dos seus deputados rejeita”.

O “presente ataque aos direitos, liberdades e garantias do povo madeirense, assume uma intensidade sem precedente, a justificar defesa legítima”, conclui o PSD-M.

Entretanto o parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Constitucionais com os votos favoráveis do PS, PCP e Bloco de Esquerda (BE), da autoria do deputado socialista Vitalino Canas, conclui que a Madeira não cumpriu o prazo de seis meses - que terminou a 17 de Abril - estabelecido na revisão constitucional do ano passado para enviar à Assembleia da República uma proposta de alteração da lei eleitoral da região.

Esgotado esse prazo, a Assembleia da República tem legitimidade para legislar sobre o sistema político da Madeira, pelo que foi considerado que os projectos do PCP e do BE de alteração da lei eleitoral da região “reúnem as condições” para serem discutidos e votados, ao contrário do que defende o PSD.

No plenário da Assembleia o parecer recebeu novamente a aprovação do PS, PCP e Bloco de Esquerda (BE) assim ficando anulada a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Madeira, que incluía alterações à lei eleitoral e tinha sido aprovada pelo parlamento regional.

O deputado do PSD, Hugo Velosa, eleito pela Madeira, disse à “Lusa” que face ao resultado da revisão constitucional de 2004, os sociais-democratas entendem que “as alterações à lei eleitoral da Madeira e dos Açores são uma matéria de reserva absoluta das assembleias legislativas



regionais”.

A última revisão da Constituição da República Portuguesa, concluída em Abril do ano passado, determinou a alteração das leis eleitorais da Madeira e dos Açores e estabeleceu um prazo de seis meses para as duas regiões autónomas enviarem à Assembleia da República as suas propostas, que terminou dia 17.

Dois dias antes, a Assembleia Legislativa Regional da Madeira entregou no Parlamento uma proposta de revisão do Estatuto Político Administrativo, na qual incluiu alterações à lei eleitoral. – **Fonte: Lusa**

Programa de inaugurações de obras, na Madeira e Porto Santo

O Presidente do Governo inaugura, até ao fim do mês de Maio diversas obras públicas e privadas, na Madeira e Porto Santo.

No dia 10, na Concelho e Freguesia de Santana, alargamento e pavimentação do caminho municipal do Pico Tanoeiro/Faixas. Obra orçada em 1.137.000,00 euros.

No dia 11, no Concelho de Santana, na Freguesia do Faial, o Polidesportivo das Covas, obra avaliada em 600.000,00 euros e o caminho dos Alhandros/Fajã da Murta, obra de 600.000,00 euros.

No dia 12, inaugurações nos Concelhos da Ponta do Sol e Câmara de Lobos.

No Lugar de Baixo, entrou em funcionamento o sistema de reforço de adução de água potável, obra

avaliada em 950.000,00 euros.

Em Câmara de Lobos, foram entregues 11 novas habitações económicas, num valor de 900.000,00 euros.

No dia 13, no Concelho de Porto Moniz, na Freguesia do Seixal, foi inaugurado o Sistema Elevatório de Águas Residuais, no valor de 2.500.000,00 euros.

No dia 16, no Concelho de Machico, foram inaugurados dois novos caminhos municipais e na Freguesia de Água de Pena, entrou em funcionamento o caminho entre a Queimada e Queimada de Cima. Obra de 56.000,00 euros.

Na Cidade de Machico, foi aberto o Caminho da Torre à ER 108. Obra de 930.000,00 euros.

No dia 23, na Ilha de Porto Santo, é inaugurada a obra de recuperação do antigo edifício da Câmara Municipal, construído em 1750, onde agora passa funcionar um espaço tecnológico – Porto Santo TEC – com Internet e Wifi Zone. Também em Porto Santo, o Centro Comercial-Zarcoshopping-com 23 lojas, Hiper-mercado e restaurantes. - **Gab. Imprensa PSD/Madeira**

No dia 24, na Freguesia de Boaventura, no Concelho de São Vicente é inaugurada a estrada entre Achada do Castanheiro e Laranjeiras, num valor de 1.284.006,49 euros.

Dia 25 de Maio, na Freguesia de São Jorge, no Concelho de Santana é inaugurado o caminho do Farrobo de Baixo/Cabo Aéreo. Obra de 600.000,00 euros e finalmente, no dia 27, na Freguesia de Boaventura, no Concelho de São Vicente, são inauguradas as obras de beneficiação da Escola Básica do 1º ciclo, com pré-escolar, do Pomar. Obra de 600.000,00 euros.

Notícias de Óbidos

Presidente do IPL firmemente contra a decisão de vetar a Escola Superior de Restauro



Continuam a chegar-nos reacções gerais de reprovação pela decisão socialista de anular a criação das Escolas Superiores de Óbidos e Fundão. Óbidos, uma jóia no património nacional, que necessita com extrema urgência de apoio técnico, científico e artístico para a conservação e renovação desse património.

O presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Luciano Almeida, no próprio dia em que foi conhecida a decisão de vetar o diploma que dava existência legal à Escola Superior de Conservação e Restauro de Óbidos, manifestou a sua clara reprovação a tal medida, bem como a necessidade de encontrar, com a maior urgência, uma solução alternativa à Escola Superior

“É necessário sensibilizar o Governo para o mérito da proposta e encontrar uma solução alternativa no quadro do próprio programa do Governo”, disse Luciano Almeida, à saída de uma reunião extraordinária da Câmara de Óbidos, para participar na qual foi convidado, convocada para debater as consequências da não criação da escola.

O mesmo responsável defendeu ser possível “criar um departamento dentro de uma escola que funcione nas mesmas instalações, com a mesma filosofia e com a mesma qualidade” e frisou que neste momento “o importante é que haja abertura para essa solução”.

Tinha sido o IPL a apresentar à Câmara de Óbidos a proposta da criação da escola após ter avaliado as necessidades de formação nesta área e efectuado estudos.

Segundo o Director do IPL, o Governo anterior criou a escola por decreto-lei de 6 de Janeiro, e foi o novo Governo socialista, consultado pela Presidência da República, manifestou “desinteresse” pelo projecto, o que levou ao veto presidencial.

Luciano Almeida manifesta ainda o seu desagrado com o programa do governo, que “não prevê a criação de novas escolas, novas universidades nem novos institutos e não ressalva sequer os casos que estavam pendentes”.

Após conhecer o veto do Presidente da República, a Câmara de Óbidos exigiu imediatamente explicações que fundamentem a decisão e na sessão de câmara seguinte, por unanimidade dos vereadores de todos os Partidos, reprovou a decisão e pediu “uma solução ao governo”.

“O município de Óbidos e a sua população solicitam, para além das explicações que ainda não foram dadas, que o Governo informe sobre quais os contributos ou alternativas que, efectivamente, pretende vir a dar, para que este problema possa ser ultrapassado”, refere o texto da moção.

Falando a jornalistas, à saída da reunião, Luciano de Almeida afirmou ainda que o Ministério do Ensino Superior deve “avaliar o mérito da proposta

e criar a solução que permita a implementação deste projecto educativo, mesmo que seja num quadro diferente”.

Para o director do IPL, as questões ligadas ao restauro e conservação do património “são uma realidade que não carece de demonstração, basta ver o património histórico e cultural e o estado em que ele está”.

A escola iria formar técnicos superiores no domínio da conservação e restauro habilitados com grau de bacharel ou licenciado e teria início no ano lectivo de 2005/2006, com um máximo de 750 alunos.

Os dois cursos previstos eram os de Conservação e Restauro e Engenharia da Conservação e Reabilitação de Edifícios.

“O meu brinquedo é um livro”

A Associação de Professores de Português e a Associação de Profissionais de Educação de Infância, em colaboração com as Edições Gailivro, lançaram o projecto “O meu brinquedo é um livro”, no dia 2 de Abril (Dia Internacional do Livro Infantil e Bicentenário do escritor Hans Christian Andersen), integrada no XI Encontro Nacional da APEI (Associação de Profissionais de Educação de Infância), na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa.

Este projecto pretende fazer a promoção da leitura a partir do berço e, para isso, pede aos municípios portugueses que ofereçam a cada bebé, nascido de

pais municipais e durante o ano de 2005, o livro “O Sonho de Mariana” da autoria de António Mota e ilustrado por Danuta Wojciechowska, uma almofada e um guia para os progenitores intitulado “Porquê ler ao meu bebé?” encontrando ainda os pais algumas sugestões e propostas de actividades, que poderão contribuir para começar a criar no seu filho o amor pelos livros.

Neste sentido, o Município de Óbidos e a sua Biblioteca Municipal não poderiam deixar de associar-se a esta grande iniciativa nacional de sensibilização e incentivo ao gosto pela leitura, ajudando a contribuir para que o livro seja, desde o berço, também ele um brinquedo.

Assim, a edilidade ofereceu, durante o mês de Abril, uma caixa que contém os objectos já referenciados (livro+almofada+guia para os pais) aos bebés nascidos desde o princípio do ano no Concelho de Óbidos, que estejam registados na Conservatória do Registo Civil de Óbidos. O envio deste material será efectuado por um funcionário do Município, o que entregará pessoalmente na morada dos pais do recém-nascido. – Fonte: PSD/Óbidos





ÁGUEDA

Ao abrigo das alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 50.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos militantes de Águeda, para uma reunião plenária a realizar no dia **30 de Maio de 2005** (segunda-feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e discussão da situação Político-partidária;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, sob proposta da comissão política de secção.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Barcelos do PSD, para reunir no dia **18 de Junho de 2005** (sábado), pelas 21h30, na sede concelhia, na Avenida Alcaldes de Faria, 270, 1.º Dto., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Rectificação do candidato à Câmara Municipal.

DISTRITAL A.M.L

Nos termos do artigo 37.º e 39.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia **1 de Junho de 2005** (quarta-feira), pelas 21h00, no Hotel Marriot, Av. Dos Combatentes, Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

NÚCLEO DE N.º S.ª DE FÁTIMA (SECÇÃO B)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de N.º S.ª de Fátima, para reunir no próximo dia **25 de Maio de 2005**, pelas 21h15, na sede da Secção B, sita no Campo Pequeno, 16 - 3.º, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições Autárquicas.

SOURE

Ao abrigo do artigo 3.º do regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se os militantes do PSD para uma Assembleia Eleitoral, no Domingo, dia **19 de Junho de 2005**, pelas 15h00, na sede do PSD em Soure, sita na Travessa das Carvalhosas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

O acto eleitoral decorrerá das 15h às 17h00.

As listas concorrentes terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta no dia 16, das 19h00 às 24h00 para recepção das candidaturas.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária no dia **25 de Maio de 2005**, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Dar parecer à proposta da Comissão Política de Secção, sobre candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais.



PAÇOS de FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Jsd, convoco o Plenário de Secção da JSD de Paços de Ferreira, para o próximo dia 23 de Junho de 2005, pelas 21h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Templários, n.º 309, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Órgãos da Secção de Paços de Ferreira.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até ao 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Paços de Ferreira, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

VILA FRANCA de XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes, para o dia 20 de Junho de 2005 (2.ª-Feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia de Vila Franca de Xira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política Concelhia de Vila Franca de Xira;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Franca de Xira.

NOTA:

As candidaturas devem ser entregues, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior do acto eleitoral, na Sede da Concelhia de Vila Franca de Xira, ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir. As urnas estarão abertas pelo período de 2 (duas) horas. Após o encerramento será realizada a respectiva contagem seguida da tomada de posse dos órgãos eleitos.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes da Concelhia da JSD de Évora, para o Plenário de Secção que se irá realizar no dia 21 de Maio de 2005, pelas 21horas, na Sede, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, Évora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleições Autárquicas.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Almada, a realizar-se no próximo dia 2 de Junho de 2005, pelas 20h00, na Sede da Junta de Freguesia de Cacilhas, sita na Rua Liberato Teles, n.º 6^A, em Cacilhas, com a

seguinte;

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Aprovação dos candidatos da JSD às Assembleias de Freguesia do Concelho de Almada;
- 3- Aprovação da proposta à CPD e ao Conselho Distrital de Setúbal dos candidatos da JSD à Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sardoal da JSD do Distrito de Santarém, para o Plenário a realizar no dia 18 de Junho de 2005, pelas 16h00, na Sede do PSD de Sardoal, sita na Rua Bivar Salgado, n.º 38, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Sardoal.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00.

CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Lisboa, para o dia 28 de Junho de 2005, pelas 21h00, no auditório da Sede Nacional do PSD, Rua de São Caetano, n.º 9, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD;
- 2- Eleição da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD.

NOTA:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado até às 24h00 do dia 25 de Junho de 2005, na Sede Distrital da JSD de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

Os 31 anos de existência do Partido Social Democrata foram comemorados num jantar em Santarém, onde entre dirigentes, militantes e amigos do Partido, se reuniram mais de 1000 pessoas.

Antes de jantar os presentes foram brindados com intervenções de Carlos Coelho – líder da Distrital do PSD de Santarém, Daniel Figueiro – Presidente da JSD, Moita Flores – candidato independente à Câmara Municipal de Santarém e por fim do líder do PSD, Luís Marques Mendes.

Marques Mendes apontou algumas falhas do Governo Socialista, como a indecisão e a tentativa de perpetuar o estado de graça pós eleitoral por muito tempo sem que para isso se tenha feito mais do que promessas. O líder social democrata lembra que já não estamos em campanha eleitoral, e que o que agora se pede a José Socrates é que governe o país mesmo que com decisões difíceis pois estas são de vital importância para o país. Em jeito de graça Marques Mendes adjetivou o país de “anestesiado” !

Relativamente ao processo de escolha de candidatos autárquicos, Marques Mendes esclareceu que as decisões tomadas foram políticas e não de ordem jurídica como tanto se tem especulado. Afirmou ainda que deseja que o partido ganhe o maior numero de Câmaras Municipais mas observando princípios de credibilidade.

O Presidente da JSD fez no seu discurso uma breve exposição do trabalho da equipa até à data, referindo-se em particular às tomadas de posição desta estrutura no que concerne à IVG e às 25 ideias lançadas à juventude portuguesa no 25 de Abril.

Fez ainda uma análise política à situação do país lembrando que a JSD está atenta às tomadas de posição do Governo e apontou algumas contradições que têm vindo a público nos últimos tempos.

Como jantar de aniversário vem sempre acompanhado de festa, a JSD de Santarém organizou uma festa convívio no Bar Estado Líquido, onde após o



jantar e pela noite dentro se foi festejando a génese do partido que a 6 de Maio de 1974 apareceu para melhorar a vida dos portugueses!

No passado dia 12 de Maio o Vice-Presidente da CPN-JSD, Pedro Rodrigues, participou num debate sobre o Tratado Constitucional Europeu.

Este debate, foi organizado pelo Clube da Europa da Escola Secundária Eça de Queirós, e contou com representantes de três Juventudes Partidárias: o já citado Pedro Rodrigues pela JSD, Nuno Van Uden – vice presidente da concelhia de Lisboa da JP, e Filipe Rodrigues – membro do Secretariado e Comissão Política da JCP.

Para além do tratado constitucional Pedro Rodrigues falou da necessidade de adaptação do nosso País à nova realidade Europeia, do papel da UE no desenvolvimento de Portugal e do orgulho em ter um Presidente da Comissão Europeia Português.

Saudou-se no final a iniciativa que visou esclarecer os jovens relativamente ao posicionamento das Juventudes Partidárias perante as principais questões da construção europeia.

No dia 5 de Maio, quinta-feira, Daniel Figueiro, deslocou-se a Beja no intuito de visitar a OVIBEJA e participar numa acção de rua no recinto onde decorria o evento.

No mesmo dia em que o Presidente do PSD, Marques Mendes, visitou a feira, Daniel Figueiro, acompanhado pelo Presidente da Comissão Política Distrital de Beja da JSD, Rui Duarte, e pela secretária geral adjunta da Comissão Política Nacional, Cláudia Gonçalves, visitou o espaço de exposições e confraternizou com militantes e simpatizantes locais. Daniel Figueiro aproveitou a oportunidade para manifestar o apoio da Comissão Política Nacional da JSD à candidatura de João Paulo Ramôa e de Maria Graça Carvalho à Câmara e Assembleia Municipal de Beja respectivamente.



Câmara de Lisboa

Candidatura de Carmona Rodrigues apresentada no Bairro em que nasceu

Centenas de pessoas encheram os espaços livre do pequeno mas bonito e bem cuidado jardim do Bairro de São Miguel, em Alvalade, para assistir à apresentação da candidatura à Presidência da Câmara de Lisboa do Professor Engenheiro Carmona, lugar que para o candidato assume um valor simbólico, "...por estar situado no bairro onde viveu a sua infância, e que lhe relembra os tempo em que aquele jardim era o seu local habitual de passeio, de jogos e de convívio com os seus companheiros de bairro e de escola".

Entre as personalidades que compareceram no lançamento da candidatura, contavam-se figuras da política, como Manuela Ferreira Leite, Álvaro Barreto, José Arantes e Helena Lopes da Costa; das artes e do espectáculo, como Nicolau Breyner e Rui Veloso – marcaram presença na cerimónia que decorreu no jardim do Bairro de São Miguel, em Alvalade.

Esta foi, de facto, uma apresentação "sui generis", fugindo ao que é habitual nestas ocasiões e, talvez por isso, muito lisboeta – a pedido do próprio candidato – que haveria de afirmar que "...vou aqui estar ligado à cidade – espero que por muito tempo – para fazer muita coisa; e não quero utilizar a câmara como um trampolim para outros voos políticos", salientou, frisando ser um "político atípico, diferente dos outros" e que a sua preocupação é resolver os "problemas das pessoas" que vivem em Lisboa.

No seu discurso de apresentação da candidatura, Carmona Rodrigues afirmou:

«Quero, em primeiro lugar, agradecer a vossa presença, o vosso apoio, o vosso entusiasmo, a confiança que depositam em mim.»

«Lanço a minha candidatura neste local, porque ele tem um significado muito especial para mim. Foi neste bairro que vivi e cresci. Foi nesta Escola que aprendi a ler e a escrever. Foi neste jardim que – quantas vezes! – brinquei e passei.

«Sinto o que sinto em relação ao meu Bairro. Sei o que ele foi e o que espero seja sempre.

«Um bairro onde me sinto bem, porque é o meu Bairro, que desejo que seja sempre limpo, seguro, equilibrado e organizado. Desejo-o para este bairro, desejo-o para toda a Cidade de Lisboa.

«Venho hoje, aqui, apresentar-vos as razões da minha candidatura

«No tempo em agora vivemos, o que se exige de nós é competência. Seremos competentes!»

«Candidato-me, porque sei exactamente em que tipo de cidade quero viver. Porque conheço Lisboa e sei o que Ela precisa. Porque gosto de ser prático. Porque sei o que as pessoas querem. Porque os apoios que tenho recebido me reforçam a vontade de continuar a trabalhar na Câmara de Lisboa. Porque as querem viver numa cidade limpa, querem uma cidade arejada e despoluída, querem uma cidade segura, querem ruas sem buracos e paredes sem "graffitis", querem passeios livres de carros, sem dejectos e sem lixo. «Candidato-me porque quero uma cidade ambiciosa. Para que a Cidade não perca tempo e não utilize mal o espaço. Porque as Escola precisam de Exigência. Porque existem velhos solitários. Porque precisamos de devolver a Cidade às pessoas que se foram afastando, em virtude de políticas que promoveram condomínios de luxo e bairros sociais, não deixando espaço à força criadora da classe média. Porque quero uma Lisboa para todos!

«Caros amigos:Lisboa, para mim, não é uma Obra, um Monumento, um passo ou um trampolim numa escalada política, um meio para atingir outros fins.



Lisboa, para mim, não é um palco ou um exercício intelectual.

«Lisboa são todos os que cá moram, vivem, trabalham e estudam. São as Pessoas e os seus problemas do dia-a-dia. São elas que constroem a cidade. É o Município que as ajuda. Por isso, candidato-me para agilizar os procedimentos municipais, para facilitar a vida daqueles que ambicionam trazer qualidade de vida à cidade, para acabar com as manchas negras e degradadas da cidade, como na Avenida 24 de Julho, em Alcântara, na Praça do Chile, na Avenida do Infante D. Henrique, no Socorro, e Marvila ou na Charneca, para devolver a dignidade aos Bairros de Lisboa, para obrigar Lisboa a dar o salto, da quantidade para a qualidade.

«Candidato-me porque acredito que posso dar mais qualidade de vida à cidade e às pessoas, porque quero uma Lisboa para todos, para obrigar a que se acabe a CRIL e o eixo Norte-Sul, para dar melhor mobilidade às pessoas, para a integração dos transportes e o rigor dos seus horários

«Candidato-me para cuidar dos jardins dos bairros, dos parques da cidade, das floreiras às janelas, porque Lisboa precisa de mais teatros, mais acontecimentos culturais, mais animação, museus com vida e ruas com alegria, porque quero transformar este estuário do Tejo – o maior da Europa – num centro de Desporto e de Lazer.

«Candidato-me porque quero uma cidade bem planeada, coordenada nas diversas intervenções de obra, regulada nas cargas e descargas, com as soluções tecnologicamente mais avançadas para o conjunto do seu funcionamento.

«Conheço bem a cidade, a autarquia e a Área

Metropolitana. Tive nove diferentes pelouros e estive ligado a inúmeras iniciativas importantes. E agora quero: Estacionamento para os residentes; rigor na utilização dos meios municipais, transparência e celeridade nos processos, ou seja, uma autarquia moderna e eficiente, uma cidade eclética, multi-étnica, multicultural, onde todos se sintam bem; quero a criação de Centos Permanentes para os sem-abrigo e apoio à sua reinserção social.

«Esta cidade que ambiciono não se pode construir sem as Juntas de Freguesia, sem as colectividades desportivas, recreativas e culturais, sem as Casas Regionais, as Associações de Moradores, a capacidade crítica dos Cidadãos e dos seus Movimentos Cívicos. Uma melhor governabilidade é essencial para um melhor serviço prestado aos municípios, às pessoas.

«A minha visão é esta. O desafio é ambicioso. A minha candidatura é abrangente e receberá bem todos os que partilhem desta visão e esteja dispostos a este desafio.

«Não há soluções milagrosas. Há dedicação e há bom senso. E Lisboa precisa, agora, de tudo isso e de COMPETÊNCIA. Eu acredito que sou capaz de governar esta cidade. Conheço-a. Ouço as pessoas, sei o que querem e não perco tempo a trabalhar num qualquer projecto teórico! Passarei de imediato ao trabalho e à resolução dos problemas. Vou apresentar o meu programa para os próximos quatro anos e aí saberei conquistar a vossa confiança para mais quatro.

**«CANDIDATO-ME PORQUE QUERO
UMA LISBOA PARA TODOS!»**

- PL